

AGRICULTURA

EM SÃO PAULO

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA

SUMÁRIO

PEQUENOS E MÉDIOS PROPRIETARIOS NO MUNICÍPIO DE PILAR DO SUL: UM CENSO DE TRÊS BAIRROS RURAIS	1
---	---

A. E. B. Garcia

H. Greenbaum

ANO XVI
N.os 11/12
NOVEMBRO e
DEZEMBRO
1969

SECRETARIA DA AGRICULTURA
ESTADO DE SÃO PAULO
BRASIL

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA

CORPO TÉCNICO

DIRETOR GERAL: Rubens Araújo Dias

Assessor: Paulo D. Criscuolo

Assessoria de programação: Fernando S. Gomes Júnior (Chefe)

D I V I S Õ E S

Política e Desenvolvimento Agrícola

Diretor: Constantino C. Fraga

Seção de Análise da Conjuntura Agrícola: Constantino C. Fraga (Chefe), Fernando B. Homem de Mello. (*)

Seção de Projetos de Desenvolvimento: a ser instalada em 1970, Alberto Veiga.

Seção de Análise da Situação dos Produtos: Antonio A. Amaro (Chefe), Arcley A. Pinheiro, Paulo A. Wiesel, Luiz Moricochi, José Alberto Martins.

Seção de Economia da Terra: a ser instalada em 1970.

Seção de Crédito, Tributação e Legislação: Ismar F. Pereira (Chefe).

Seção de Sociologia Rural: a ser instalada em 1970, Anna Perina R. Arruda, Ana Elisa B. Garcia, Sérgio G. Vassimon.

Comercialização

Diretor: Pêrsio C. Junqueira

Seção de Organização e Estrutura de Mercados: Pêrsio C. Junqueira (Chefe), Ewerton Ramos de Lins (*), Maria de Lourdes C. Arruda, Wilson L. do Canto, Paulo Isnard R. Almeida, Maria Lúcia B. D'Apice.

Seção de Análise de Preços, Custos e Margens: Sérgio A. Brandt (Chefe) Nataniel M. dos Anjos, Claus F. T. de Freitas, Fernando R. Duarte.

Seção de Pesquisas e Desenvolvimento de Mercados: Mauro de S. Barros (Chefe), Domingos Desgualdo Netto, Flávio C. de Carvalho (*).

Seção de Mercados de Insumos:

Antonio A. B. Junqueira (Chefe), Luiz G. do R. Monteiro, Vicente F. Lima.

Economia da Produção

Diretor: Oscar J. T. Etori

Seção de Economia de Insumos: a ser instalada em 1970.

Seção de Economia das Explorações Agrícolas: Oscar J. T. Etori (Chefe), Cyro Okamoto, Yoshihiko Sugai, Odorico Lacerda C. Filho.

Seção de Análise Econômica e Financeira das Empresas: Paul F. Bemelmans (Chefe), Caio T. Yamagushi, Minoru Matsunaga, Adair C. de Carvalho.

Seção de Administração de Empresas Agrícolas: Luiz M. Pellegrini (Chefe), Evaristo M. Neves.

Levantamentos e Análises Estatísticas

Diretor: Salomão Schattan

Seção de Análise Estatística e Econômetrica: Salomão Schattan (Chefe), M. J. Martins Falcão, José F. de Noronha (*), Nelson Toyama.

Seção de Previsões e Estimativas: Luiz H. de Oliveira Piva (Chefe), Júlio H. Jimenez Ossio.

Seção de Informações de Mercado com Setor de Telecomunicações: João Carlos V. Vianna Netto (Chefe), Paulo T. Morimoto, Bento V. de Moura Netto.

Seção de Controle de Qualidade das Estatísticas: a ser instalada em 1970, Paulo V. Sendim.

Seção de Comunicação: Milton N. de Camargo, Antonio José F. Fava.

(*) Afastados do Instituto, freqüentando cursos de aperfeiçoamento;

— Os técnicos Luiz Sérgio P. Pereira, Ramon M. Garcia, Antonio D. Piteri, Antonio Guedes B. Campos, Jorge Demétrio Issa, Milton A. Moisés, acham-se afastados do Instituto, prestando colaboração a outras instituições governamentais ou licenciados do cargo.

PEQUENOS E MÉDIOS PROPRIETÁRIOS NO MUNICÍPIO DE PILAR DO SUL: UM CENSO DE TRÊS BAIRROS RURAIS

- 1 — INTRODUÇÃO
 - 2 — A ÁREA SELECIONADA
 - 2.1 — LOCALIZAÇÃO
 - 2.2 — ESTRUTURA FUNDIÁRIA
 - 2.3 — POPULAÇÃO
 - 2.4 — LOCAIS DE CONVERGÊNCIA E CONTATOS SOCIAIS
 - 3 — DEFINIÇÃO DOS GRUPOS EM ESTUDO
 - 4 — CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS EM FUNÇÃO DE FATORES ECONÔMICOS E SOCIAIS
 - 4.1 — INCIDÊNCIA DOS FATORES ECONÔMICOS
 - 4.1.1 — Tamanho das Propriedades
 - 4.1.2 — Utilização das Áreas de Produção
 - 4.1.3 — Principais Explorações: Composição Qualitativa
 - 4.2 — RECURSOS DISPONÍVEIS
 - 4.2.1 — Uso de Fertilizantes
 - 4.2.2 — Força e Luz
 - 4.2.3 — Veículos e Maquinário
 - 4.2.4 — Transportes
 - 4.2.5 — Relações Comerciais com as Cooperativas
 - 4.2.6 — Assistência Técnica
 - 4.2.7 — Crédito e Financiamento
 - 4.3 — A SITUAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS
 - 4.3.1 — Origem dos Proprietários, Tempo de Posse e Local de Residência
 - 4.3.2 — Escolaridade
 - 4.3.3 — Contatos e Relações Sociais
 - 4.3.4 — Habitação
 - 4.3.5 — Assistência Médica
 - 5 — PERFIL DOS TRÊS GRUPOS EM FUNÇÃO DOS FATORES CONSIDERADOS
 - 6 — O TRABALHO AGRÍCOLA: ALGUNS ASPECTOS
 - 6.1 — PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA
 - 6.2 — EMPREGO DE ASSALARIADOS
 - 6.3 — O TRABALHO EM COOPERAÇÃO
 - 6.4 — PARCERIA E TRABALHO ASSALARIADO REALIZADOS POR PROPRIETÁRIOS
 - 6.4.1 — Proprietários — Parceiros
 - 6.4.2 — Trabalho Assalariado Realizado pelos Proprietários
 - 7 — PERFIL DOS GRUPOS: COMPLEMENTAÇÃO
 - 8 — OPINIÕES E ASPIRAÇÕES DOS AGRICULTORES: SUAS RELAÇÕES COM OS TIPOS DE AGRICULTURA ENCONTRADA
 - 8.1 — OPINIÕES SOBRE A ASSISTÊNCIA RECEBIDA
 - 8.2 — OPINIÕES SOBRE AS COOPERATIVAS
 - 8.3 — ASPIRAÇÕES EXPRESSAS DIANTE DA POSSIBILIDADE DE UMA MELHORIA FINANCEIRA
 - 8.4 — OPINIÕES SOBRE AS POSSIBILIDADES DE CRESCIMENTO DO MUNICÍPIO
 - 9 — CONCLUSÕES
- LITERATURA CITADA

PEQUENOS E MÉDIOS PROPRIETÁRIOS NO MUNICÍPIO DE PILAR DO SUL: UM CENSO DE TRÊS BAIRROS RURAIS

Socióloga Ana Elisa Brito Garcia
Econ. Rural Harry Greenbaum (1)

1 — INTRODUÇÃO

Pesquisas sobre os problemas que envolvem os pequenos estabelecimentos e seus proprietários, no conjunto da economia do Estado de São Paulo, têm sido tentada por estudiosos, ligados principalmente aos meios universitários (2). Estudos desse tipo entre pesquisadores das Secretarias do Estado são em número mais reduzido (3). E, em geral, estes se voltam mais

para a posição das pequenas explorações dentro da economia paulista. A situação dos homens que a desenvolvem quase sempre é deixada para segundo plano.

Entretanto, no complexo de problemas que envolvem essas explorações, dificuldades surgem que não se explicam unicamente pelo nível de renda ou tamanho dos estabelecimentos

- (1) Os autores agradecem a todos aqueles que contribuíram para a realização deste trabalho. Manifestam especial reconhecimento ao Prof. J. Robert Tompkin por seu apoio e incentivo; a Ramon Moreira Garcia pela leitura atenta, reparo e sugestões oferecidas; e a Myrtila Bastos que muito batalhou na realização das entrevistas.
- (2) Vejam-se, por exemplo, os estudos sobre o sítio paulista de Nice Lecoc Miller (8); Maria Isaura Pereira de Queirós & Lia Freitas Garcia (12) e Antônio Cândido (4). Vejam-se também os estudos sobre "bairros rurais" no Estado de São Paulo de Alice Canabrava (3); Maria Isaura Pereira de Queirós (11); e Nice Lecoc Miller (7), entre outros.
- (3) Entre estes destacam-se os trabalhos de Ruy Miller Paiva — (9, 10).

que trabalham. Muitas vêzes refletem não apenas uma forma de ajuste aos recursos disponíveis, mas, também, certas características que são peculiares a uma cultura, às formas de organização social vigentes na região, e às facilidades e recursos ao alcance da população. Assim, questões tais como: “por que grande número de pequenos agricultores persistem em manter padrões de exploração da terra que não condizem com o nível tecnológico encontrado em outras regiões do Estado?”; ou “por que em zonas onde imigrantes recentes conseguem atingir alto índice de produtividade os antigos parecem não se influenciar, aumentando assim o contraste entre agricultores locais e imigrantes?” são questões que poucas vêzes encontram respostas.

O presente estudo não pretende responder a tôdas essas perguntas. Constituirá uma primeira abordagem dos pequenos e médios proprietários, seus problemas e as possibilidades de ajudá-los a resolvê-los. Assim, para início, escolheu-se um trabalho que, antes de mais nada, será descritivo e pouco significativo para a totalidade de pequenos e médios proprietários do Estado, mas que pos-

sibilitará um primeiro enfoque do problema e o levantamento de hipóteses que servirão de orientação para futuras pesquisas neste campo.

Foi escolhido para o estudo o Município de Pilar do Sul.

Apesar da proximidade dos grandes mercados (a 144 Km de São Paulo e a 54 Km de Sorocaba), relativas facilidades de comunicação e transportes e existência de solo e clima favoráveis ao cultivo de produtos de clima temperado, êsse município não pode ser incluído entre as zonas desenvolvidas do Estado.

Predominam, no município, pequenos estabelecimentos agrícolas, pertencentes a proprietários há longo tempo estabelecidos na região e que se voltam para uma agricultura tradicional (não só pelos produtos cultivados: milho, feijão e arroz, mas principalmente pelas técnicas rudimentares empregadas).

É bem recente, na região, o estabelecimento de grupos, social e economicamente diferenciados da população local. Em geral, são pequenos proprietários

rios japoneses, voltados para uma agricultura tipicamente comercial (fruticultura, horticultura e avicultura). Novas técnicas de cultivo e utilização intensiva do solo estão entre as principais contribuições desses grupos para a economia do município. De igual significado, foi a abertura de depósitos de cooperativas em Pilar, consequência do aumento do número de cooperados. A maior parte desses novos agricultores, ou já eram membros de cooperativas, ou aí se fixaram financiados por uma cooperativa. O crescimento do número de cooperados gerou pressões sobre as matrizes, no sentido da abertura de depósitos no município, concorrendo para maior eficiência no atendimento das necessidades de seus membros.

Ao lado de ambos os tipos de agricultura, desenvolve-se, ainda, uma pecuária do tipo extensivo, levada a cabo por grandes proprietários, em geral brasileiros e absentistas. Apesar de sua expansão não se efetuar em ritmo muito rápido, a substituição da lavoura pela pecuária está gerando mudanças que

têm atingido as próprias relações de trabalho, pois, além da dispensa de parte da antiga mão-de-obra, diminui o número de áreas plantadas em parceria com proprietários economicamente mais fracos e com não proprietários.

A coexistência de diferentes formas de produção e de diferentes tipos de agricultores nos permitiu afirmar que Pilar é uma região na qual estão ocorrendo mudanças que não só independem da população local, mas, também, contam com muito pouca participação sua. São mudanças devidas à introdução, por um grupo novo, de novas técnicas de produção e comercialização agrícolas.

A constatação de tais fatos fez com que o interesse deste estudo se voltasse para o conhecimento das diferenças entre os diversos tipos de proprietários (4), procurando-se ver, principalmente, como organizam suas atividades econômicas, qual seu padrão de vida e quais suas opiniões em relação às cooperativas e as possibilidades de crescimento econômico do município.

(4) O projeto inicial incluía o estudo de todos agricultores inclusive não proprietários (arrendatários, parceiros e moradores) e de assalariados rurais que residissem nos bairros. Entretanto, devido à inconsistência de algumas respostas, esses questionários não puderam ser utilizados para o presente estudo.

Uma abordagem descritiva das características de uma população de agricultores, em três bairros do município, pareceu adequado ao objetivo. Apesar de não ser representativa da população total de proprietários do município, o censo desses bairros permitiria não só o conhecimento das condições de vida de certos tipos de agricultores, como também o levantamento de problemas que possivelmente não se restringem à população dos bairros selecionados, podendo, assim, suscitar novas preocupações.

Para isso foram selecionados três bairros rurais, que apresentavam uma população relativamente homogênea com relação aos seguintes fatores:

- 1) existência de uma agricultura tradicional e de uma agricultura voltada exclusivamente para o mercado;
- 2) existência de agricultores que residem na região há longo tempo, predominantemente brasileiros, pertencentes a famílias locais, em contraste com o recente esta-

belecimento de novos proprietários, japoneses em sua maioria; e

- 3) existência de agricultores cooperados e não cooperados (5).

2 — A ÁREA SELECIONADA

Os bairros selecionados foram os de Boa Vista, Pinhalzinho e Pombal. Foram escolhidos, tendo por base uma definição geográfica e administrativa. Não constituem “bairros” no sentido sociológico do termo. Isto é, não constituem grupos rurais de vizinhança, “estrutura fundamental da sociabilidade caipira, consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas” (4).

2.1 — LOCALIZAÇÃO

Todos os três bairros se localizam próximo à sede municipal. Boa Vista e Pinhalzinho situam-se a oeste da cidade de Pilar, a aproximadamente 3 e 9

(5) Foram esses mesmos critérios que serviram de base para a escolha do Município de Pilar.

km respectivamente, cortados pela estrada municipal que liga Pilar do Sul a São Miguel Arcanjo, uma das melhores e mais movimentadas vias de comunicação do município. Pombal localiza-se a uma distância de 6 km, a sudoeste de Pilar, acessível unicamente por uma estrada municipal bastante precária e de pouco movimento. Em sua parte noroeste, limita-se com o bairro de Pinhalzinho.

O bairro de maior extensão é o bairro de Pombal. Suas terras são consideradas umas das mais fracas do município. Predominam os campos, brejos e capoeiras. De acôrdo com o Dr. Mário Matos, Agrônomo da Casa da Agricultura (6), 64% das terras do município constitui-se de solo tipo glacial (Itararé), predominando nos quadrantes NO e SO do município, quadrantes êstes em que o pH é o mais baixo (o pH, no município, oscila em média em tórno de 5).

É nesta zona que se localizam os bairros em estudo.

Devido à pouca fertilidade das terras, o preço do hectare é bem baixo. Isto ficou confirmado através de informação prestada pelo agricultor cuja produção de batata é tida como a maior da região, o qual consi-

dera o preço das terras em Pombal e adjacências como o mais baixo do município.

Os bairros de Boa Vista e Pinhalzinho apresentam posição melhor quanto ao solo, apesar da existência de capoeiras e baixadas. A estrada municipal Pilar do Sul-São Miguel Arcanjo, com linhas de ônibus diária fazendo a ligação entre êsses centros, confere a ambos os bairros uma posição mais privilegiada do que a de Pombal. A proximidade da sede municipal e a facilidade de acesso fêz com que nos últimos anos, se instalassem, nêsses bairros, famílias de japoneses, algumas recentemente imigradas do Japão, outras de nisseis, provenientes de outras partes do Estado, engajadas em uma agricultura comercial altamente intensiva.

2.2 -- ESTRUTURA FUNDIARIA

Fixar limites para a pequena, média e grande propriedade não é uma tarefa fácil. O limite para a pequena propriedade, por exemplo, mesmo que se leve em consideração fatores econômicos, sociais, políticos e até mesmo culturais é, de certo modo, arbitrário.

Entretanto, existem alguns indicadores que poderiam ser

utilizados para u'a boa aproximação do problema. A abundância de terras e o pequeno índice de valorização das mesmas podem fixar o limite em tôrno de 120 hectares para as pequenas propriedades (8). Ao contrário, onde a qualidade do solo, a proximidade de centros urbanos desenvolvidos, as facilidades de transportes e comunicação levam a valorização das terras ao exagêro, o limite cai para 25 ou 40 hectares, como é o caso de certas regiões da Alta Sorocabana e Alta Araraquarense (8). Ainda naquelas zonas onde se desenvolvem culturas de alto valor comercial é a disponibilidade de mão-de-obra que irá fixar êsse limite, do mesmo modo que nas zonas onde domina a pecuária, é essa atividades que determinará a ampliação de seus limites.

No caso específico de Pilar, pôde ser observado que, no período entre 1950-1960 o número de propriedades até 10 hectares aumentou de 127%, enquanto as propriedades entre 10 e 100 ha tiveram um incremento de apenas 20%, caíndo o número de propriedades acima de 100 hectares (1, 2).

Dêste modo, o limite da pequena propriedade no município poderia ser fixado em 10 hectares. Entretanto, em cer-

tas faixas do município, a existência do elemento japonês, dedicando-se a cultura do tomate, batata, citrus, uva itália etc., determinou uma área para a pequena propriedade em tôrno de 30 ha. Êste é o caso dos bairros em estudo. A própria distribuição das propriedades dentro dos estratos de área nos dão uma indicação dos limites a serem adotados. Colhidas as informações para os 106 estabelecimentos dos bairros, êstes se classificaram, segundo suas áreas, dentro dos seguintes limites:

hectares	n.º de propriedades
0 — 10	16
10 — 30	55
30 — 50	3
50 — 100	17
100 — 300	14
300 — 500	1

Como se vê, 67,0% dos estabelecimentos estão entre zero e trinta hectares, sendo que mais de dois terços dêstes estão nos limites de 10 a 30 ha. Portanto, foi confirmado em 30 ha o limite máximo para a pequena propriedade.

Tôdas as demais propriedades nesses bairros podem ser consideradas como propriedades de tamanho médio. Entretanto, convencionou-se dividí-las em

dois estratos: de 30 a 100 ha e acima de 100 ha, para permitir u'a melhor comparação com os pequenos estabelecimentos, e, também, verificar as possíveis diferenças entre êsses estratos.

Dêsse modo, adotaram-se as seguintes classes de área:

- 1) até 30 ha;
- 2) de 30 a menos de 100 ha;
- 3) de 100 ha e mais.

Os estabelecimentos com menos de 30 ha, como já foi visto, constituem 67% do total, ocupando 19,4% da área nos três bairros. Os estabelecimentos entre 30 a 100 ha perfazem 18,9% do total, ocupando 26,5% da área global. E, finalmente, as "grandes" propriedades, constituem 14,1% do número de estabelecimentos, mas ocupam 54,1% da superfície dos três bairros em conjunto, como demonstra o quadro 1.

QUADRO 1. — Número e Área Ocupada pelas Propriedades no Conjunto dos Bairros Estudado, segundo Classes de Área. Pilar do Sul, 1966

Classe de Área ha	Estabelecimento		Área Ocupada	
	n.º	%	ha	%
0 — 30	71	67,0	1.016,4	19,4
30 — 100	20	18,9	1.385,4	26,5
100 e mais	15	14,1	2.827,8	54,1
Total	106	100,0	5.229,6	100,0

Em todos os três bairros, preminam os estabelecimentos com menos de 30 hectares. Em Boa Vista e Pombal, êsses estabelecimentos ocupam uma porcentagem muito reduzida da área global; apenas em Pinhalzinho, os pequenos estabelecimentos ocupam maior área (66,6%). É nos dois primeiros que se encontra o maior número de propriedades acima de 100 ha ocupando uma porcentagem bastante elevada da área (75,2% na Boa Vista e 54,5% no Pombal).

Pinhalzinho apresenta uma distribuição mais proporcional de sua área, entre pequenos e médios estabelecimentos, sendo o número dêstes últimos bastante reduzido. A explicação pode ser encontrada no recente loteamento da área, pela Cooperativa Sul-Brasil, que financiou os lotes por um prazo de três anos, a cooperados japoneses (brasileiros descendentes de japoneses, bem como recentes imigrantes do Japão). Não foi encontrado neste bairro estabe-

lecimento com área acima de 100 ha.

Também o bairro de Boa Vista apresenta uma colônia de japoneses, menor, entretanto, do que a Fazenda Sul-Brasil e diferentemente organizada: É

a Colônia Bandeirante, composta de oito famílias. A localização desta colônia, conferiu ao bairro uma predominância dos pequenos estabelecimentos. Caso não tivesse aí se constituído, os grandes estabelecimentos teriam predominado.

QUADRO 2. — Número e Área Ocupada pelas Propriedades dos Bairros de Boa Vista, Pinhalzinho e Pombal, segundo Classes de Área. Pilar do Sul, 1966

Bairro segundo Classe de Área ha	Estabelecimento		Área Ocupada	
	n.º	%	ha	%
Boa Vista				
0 — 30	14	50,0	190,0	8,8
30 — 100	5	17,9	346,0	16,0
100 e mais	9	32,1	1.632,3	75,2
Total	28	100,0	2.168,3	100,0
Pinhalzinho				
0 — 30	33	86,8	565,6	66,6
30 — 100	5	13,2	302,5	33,4
100 e mais	—	—	—	—
Total	38	100,0	848,7	100,0
Pombal				
0 — 30	24	60,0	260,8	11,9
30 — 100	10	25,0	736,9	33,6
100 e mais	6	15,0	1.195,5	54,5
Total	40	100,0	2.193,2	100,0

2.3 — POPULAÇÃO

A existência dos núcleos japoneses torna a população dos bairros em estudo, étnica e culturalmente, heterogênea. O levantamento realizado indicou uma população de 949 habitantes. O mais povoado de todos os bairros é Pombal: 428 habi-

tantes, ou 45,1% do total da população. Seguem-se o bairro de Pinhalzinho com 300 habitantes e Boa Vista com 221 habitantes. No seu conjunto, essa população se compõe de 24,8% de japoneses, quase todos instalados nos bairros de Boa Vista e Pinhalzinho. Encontraram-se apenas duas famílias de japoneses no Pombal. Neste últi-

mo, a população se compõe, em sua grande maioria, de brasileiros descendentes de antigas famílias da região: Vieira, Medeiros, Brizola, etc.

Grande parte dos japoneses dos bairros de Boa Vista e Pinhalzinho integram a Fazenda Sul-Brasil e a Colônia Bandeirante, onde desenvolvem uma agricultura altamente intensiva, baseada, em grande parte, em frutas e hortaliças. A Colônia Bandeirante é o núcleo mais recente. Na época do le-

vantamento dos dados (1966) a colônia não alcançava um ano de existência.

Nesta população distinguem-se, além dos proprietários da terra, indivíduos que aí residem e trabalham sem, entretanto, ter a propriedade das terras. Das 149 famílias que vivem ou têm propriedades nos bairros 71,8% são donas do estabelecimento. As restantes 28,2% não possuem as terras em que trabalham. Estas concentram-se no bairro de Pombal (quadro 3).

QUADRO 3. — Número e Porcentagem de Entrevistados nos Bairros de Boa Vista, Pinhalzinho e Pombal, segundo a Posse da Terra. Pilar do Sul, 1966

Relação de Posse	Boa Vista		Pinhalzinho		Pombal		Total	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Proprietários	30	75,0	37	80,4	40	66,7	107	71,8
Não proprietários	10	25,0	9	19,6	23	33,3	42	28,2
Total	40	100,0	46	100,0	63	100,0	149	100,0

QUADRO 4. — Número e Porcentagem de Proprietários nos Bairros de Boa Vista, Pinhalzinho e Pombal, segundo o Trabalho Realizado Fora da Propriedade. Pilar do Sul, 1966

Categoria	Boa Vista		Pinhalzinho		Pombal		Total	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Proprietários que não trabalham fora	22	73,3	31	63,8	22	55,0	75	70,1
Proprietários parceiros	3	10,0	4	10,8	17	42,5	24	22,4
Proprietários com atividades especializadas fora da Agricultura	5	16,7	2	5,4	1	2,5	8	7,5
Total	30	100,0	37	100,0	40	100,0	107	100,0

A maioria dos proprietários são agricultores que operam apenas o seu próprio estabelecimento (70,1%). A agricultura constitui sua fonte de renda, não exercendo nenhuma outra atividade fora desse setor. Existem entretanto, proprietários que, além de trabalharem em suas próprias terras, lavram em terras alheias. Estes correspondem a 22,4% do total de proprietários entrevistados (quadro 4). A parceria e o arrendamento são as formas de que lançam mão para trabalharem outras terras. Esta categoria predomina no bairro de Pombal, onde 42,5% dos proprietários recorrem à parceria e arrendamento, além do trabalho em seus estabelecimentos.

Proprietários que têm como principal fonte de renda atividades especializadas fora da agricultura, são em número reduzido: 7,5% do total de proprietários, concentrando-se na Boa Vista (quadro 4). Para estes, a agricultura constitui uma atividade secundária, até mesmo, às vezes, um derivativo sem finalidades lucrativas imediatas.

Entre os não proprietários estão os arrendatários, os moradores e os assalariados residentes. Indivíduos que têm no arrendamento ou na parceria a principal forma de obterem terras para lavrar são em menor número: cinco, entre arrendatários e parceiros. A maior parte é constituída de moradores e assalariados residentes (quadro 5). O morador seria o que alguns autôres chamam de agregado (6). É termo usado na região para denominar aquele indivíduo que, não possuindo terras, tem permissão do proprietário para "usar" (residir e plantar) um pedaço de terra. Algumas vezes o proprietário impõe condições. Entre os moradores encontrados (num total de 19) encontram-se moradores obrigados a prestar algum serviço ao proprietário e moradores isentos. Nesta categoria, a maioria era de indivíduos que apresentavam relações de parentesco com o proprietário.

No bairro de Pombal encontra-se a maior parte dos arrendatários e moradores, enquanto que os assalariados dividem-se pelos três bairros, mais ou menos igualmente.

(6) "O agregado como se sabe distingue-se do posseiro porque tem permissão do proprietário para morar e lavrar a terra, sem qualquer paga salvo alguma prestação eventual de serviço" (4).

QUADRO 5. — Número e Porcentagem de Não Proprietários nos Bairros de Boa Vista, Pinhalzinho e Pombal, segundo sua Ligação com o Estabelecimento. Pilar do Sul, 1966

Bairro	Arrendatário e Parceiro	Morador	Assalariado
Boa Vista	1	3	6
Pinhalzinho	1	3	5
Pombal	3	13	7
Total	5	19	18

2.4 — LOCAIS DE CONVERGÊNCIA E CONTATOS SOCIAIS

A dualidade étnica da população, a existência de uma agricultura altamente intensiva e especializada na produção de frutas, verduras e legumes e na criação de aves, e a constituição de núcleos com o auxílio de cooperativas dão aos bairros de Boa Vista e Pinhalzinho características bastante diversas daquelas de Pombal. Além disso, entre outras coisas, a existência ou ausência de núcleos ou pontos para os quais converge a população, concorrendo para u'a maior ou menor sociabilidade entre seus residentes, são traços distintivos entre as populações desses dois bairros e a de Pombal.

No bairro de Boa Vista, a população é mais dispersa, devido à existência de grandes propriedades. Não existe nenhuma escola, igreja, venda ou campo de futebol que sirva co-

mo elemento aglutinador. A escola rural mais próxima está situada em outro bairro (Pinhalzinho). Dada a proximidade da sede municipal, muitas famílias enviam seus filhos ao Grupo Escolar, ao invés de à escola rural. Nêste bairro é que se encontrou maior dificuldade de localização dos entrevistados, dado o pouco conhecimento dos indivíduos entre si. Isto se explica não só pela dispersão das moradias, mas também pela constante mudança de proprietários, pois, sendo as terras mais próximas da cidade e servidas por uma das melhores estradas do município, são as mais procuradas por pessoas que querem se estabelecer em Pilar. Uma das propriedades entrevistadas tinha mudado quatro vêzes de dono, num período de dois anos. O tempo médio de posse encontrado foi de 6,6 anos neste bairro. Acresce o fato de alguns novos proprietários residirem fora do bairro, alguns mesmo, em São Paulo.

No bairro de Pinhalzinho localiza-se uma escola rural. É frequentada por 23 alunos dos bairros de Boa Vista e Pinhalzinho, assistidas por duas professoras. Essa escola não parece funcionar como um ponto de convergência, pois, de acordo com as professoras, são muito poucos os pais que se interessam pela escola, sendo que o maior interesse parte dos japoneses. No bairro existe ainda uma escola privativa de japoneses, frequentada pela maioria das crianças nisseis, e que tem por objetivo ensinar a língua e cultura japonesa. Isto parece concorrer para manter padrões sócio-culturais diferenciadores, o que, possivelmente, dificultaria a integração entre as crianças dos bairros.

A existência, em ambos os bairros, de proprietários japoneses com pouco ou nenhum conhecimento da língua portuguesa quebra a possibilidade de relações sociais mais amplas entre os diferentes grupos étnicos.

Ao idioma acrescenta-se o fato de cada Colônia ter seu próprio mecanismo de interação sócio-econômica, coordena-

do pelas cooperativas a que estão ligadas. A Colônia Bandeirante, com seu sistema de trabalho associativo mais intenso, constitui-se em um núcleo quase totalmente isolado do resto da população. A Fazenda Sul-Brasil apresenta uma organização menos fechada. Seus componentes participam periodicamente de reuniões na sede da Cooperativa, em Pilar, e mensalmente realizam reuniões na própria Fazenda, cada vez em casa de um dos membros, sendo o trabalho agrícola o assunto geralmente tratado. Os proprietários japoneses não englobados pelas Colônias têm, também, nas cooperativas a que pertencem, reuniões periódicas que os obriga a se deslocarem frequentemente à cidade.

Além das atividades diretamente ligadas ao trabalho, todas as cooperativas promovem maiores contatos entre seus membros através de filmes, frequentemente em japonês, e algumas também através de apóio aos clubes agrícolas para a juventude (caso específico da Cooperativa Agrícola de Cotia) (7).

(7) A ênfase é dada à iniciativa dos jovens: cada um se encarrega de um projeto (fabricação de pickles, costura, cultivo de novas espécies, pequenas construções, etc.), realizando-o integralmente, desde o estudo do custo até a sua elaboração final. O melhor projeto recebe um prêmio. A orientação é feita pelos elementos mais velhos da colônia. Todos os anos realizam-se competições entre os clubes da zona (a zona de Paranaipacaba tem clubes em São Miguel, Capão Bonito, Pilar e Capiava). Ainda, uma vez por ano, a Cooperativa Agrícola de Cotia oferece um curso em Moinho Velho para os filhos dos cooperados.

Preenchendo funções esportivas e sociais, o clube Atlético Japonês aglutina a grande maioria dos japoneses do Município. Esse clube se localiza na cidade, sendo, portanto, um outro fator de integração da população japonesa rural com a população urbana.

A população do bairro de Pombal apresenta muito menos ligação com a cidade. Suas casas são bastante dispersas, existindo, entretanto, alguns conjuntos de casas. Puderam ser observados 5 conjuntos de três ou duas casas. O traço marcante desses conjuntos era o de serem formados por famílias, quase sempre de pais viúvos e filhos casados, repartindo as terras em que trabalhavam.

Uma capela e uma escola, situadas em uma mesma área, eram os únicos pontos de convergência da população do bairro. A escola rural, com três séries, não era frequentada por todas as crianças do bairro; apenas as que residiam próximo à escola (de 4 a 6 km), compareciam às aulas; as que moravam muito longe (um número pequeno) em geral não a frequentavam. A capela reúne, algumas vezes por ano, o pessoal do bairro para a reza do

têrço. Todo o mês de agosto realiza-se a festa de Bom Jesus do Bonfim, que congrega não só a população do bairro, como também de outros bairros e até mesmo da cidade, com a presença do padre de Pilar. Os fundos arrecadados nessa festa se destinam, principalmente, ao Asilo de Velhos (conhecido como Asilo de Pobres) e à reforma da Igreja de Pilar.

Não há nenhuma venda no bairro. Para a obtenção de mantimentos seus residentes são obrigados a ir a Pilar, o que fazem, em geral, nas segundas-feiras e nos sábados. Essa dependência em relação à sede municipal constituiu-se um fator importante de entrosamento entre os habitantes do bairro e da cidade. A visita a parentes e a missa de domingo são duas outras formas de atração da cidade.

3 — DEFINIÇÃO DOS GRUPOS A SEREM ESTUDADOS

O levantamento realizado abrangeu todos os indivíduos que tinham propriedades nos bairros escolhidos, residissem ou não em seus estabelecimentos. Entrevistou-se um representante de cada família que

participasse de tôdas ou de parte das atividades agrícolas. Em geral, foram os proprietários os entrevistados, mas em alguns casos foi entrevistada a espôsa ou o filho do proprietário, dada a dificuldade de comunicação (no caso de japonês) ou à impossibilidade de encontrar o chefe da família (8). Dêsse modo, obtiveram-se dados para 106 estabelecimentos e 107 famílias de proprietários (pois havia entre êles 2 sócios). Êstes foram reunidos em grupos com base em duas características consideradas fundamentais:

1.o) A etnia: a existência de um grupo étnico, cultural e economicamente diferenciado da população local não permite englobar os japoneses num único grupo, juntamente com os demais proprietários. A possibilidade de adoção de melhores técnicas, a opção por produtos de fácil e lucrativa comercialização e a capacidade de "correr riscos" econômicos estão diretamente vinculados a um passado cultural.

2.o) — Filiação a cooperativas: as cooperativas, associando um processo eficaz de comercialização à uma assistência técnica mais especializada, estão proporcionando condições para um melhor aproveitamento dos recursos da região. Assim, a filiação a uma cooperativa significa acesso a certas facilidades de crédito, comercialização e transporte que possibilita a seus membros melhores condições na realização das operações agrícolas.

A combinação dessas características resultou em três grupos fundamentais:

- a) Cooperados Japoneses;
- b) Cooperados Brasileiros; e
- c) Não Cooperados Brasileiros.

Pelo fato de ter sido encontrado apenas um japonês não cooperado êste foi excluído (9).

No primeiro grupo, a maioria das famílias é de imigração

(8) Foram entrevistados 83 proprietários, 13 espôsas e 10 filhos de proprietários.

(9) Assim a população de proprietários se reduz de 107 para 106. Havia dois sócios entre os Cooperados Brasileiros e suas terras foram obviamente tratadas como uma única propriedade. Assim o número de estabelecimentos é menor que o número de proprietários, tendo se reduzido de 106 para 105 estabelecimentos.

recente, tendo sido a porcentagem de nisseis (10) de 25%. Entretanto o nome de Cooperados Japonêses foi adotado para melhor definir o grupo. Seus componentes constituem 37,7% do total de proprietários em estudo, concentrando-se principalmente nos Bairros de Boa Vista e Pinhalzinho.

O grupo dos Cooperados Brasileiros é o grupo mais reduzido. Seus componentes constituem apenas 9,4% da população em estudo, correspondendo a 20% dos cooperados. Entre eles, alguns são de origem estrangeira (4 em 10). Apesar

disso o nome Cooperados Brasileiros foi mantido para melhor se contrapor ao grupo dos japonêses. A maior parte de suas propriedades estão no Barro de Boa Vista.

Finalmente, os Não Cooperados Brasileiros é o grupo mais numeroso: 52,9% dos proprietários. A maior parte (35 em 56) tem suas propriedades no Bairro de Pombal. O número de estrangeiros ou descendentes é pequeno (6 em 56), não criando, portanto nenhum problema quanto ao título adotado para o grupo.

QUADRO 6. — Número e Porcentagem de Proprietários, segundo Etnia e Filiação a Cooperativas

Grupo	Proprietário	%
Cooperados Japonêses	40	37,7
Cooperados Brasileiros	10	9,4
Não Cooperados Brasileiros	56	52,9
Total	106	100,0

Os três grupos, assim definidos, serão, a partir daqui, os pontos de referencia do presente estudo, o qual constará das seguintes partes:

1) Comparação entre os grupos, tendo em vista a incidência

de determinados fatores econômicos como: tamanho de propriedade; utilização das áreas de produção; produtos cultivados; algumas facilidades disponíveis para a atividade produtiva como uso de fertilizantes, força e luz, assistência técnica,

(10) Neste item foram considerados apenas os proprietários. Assim, no caso de entrevistados que eram "filhos de proprietários" considerou-se a nacionalidade dos pais.

transportes, etc.; e também a situação dos recursos humanos através de fatores de bem-estar social como escolaridade, contatos sociais, higiene e habitação.

2) A utilização da mão-de-obra, por apresentar características particulares, será tratada separadamente, no final da primeira parte.

3) As opiniões e aspirações expressas pelos três grupos convencionados.

4 — CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS EM FUNÇÃO DE FATORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

4.1 — INCIDÊNCIAS DOS FATORES ECONÔMICOS

4.1.1 — Tamanho das Propriedades

No grupo dos Cooperados Japoneses, o tamanho médio dos estabelecimentos é de 38,7 ha. As propriedades abaixo de 30

ha constituem a maioria, perfazendo 77,5% do total de estabelecimentos. A área ocupada pelos estabelecimentos do grupo é de 1.547,5 ha, representando 29,7% da área global (quadro 8).

Entre os Cooperados Brasileiros, a área média foi de 129,2 ha. Surgiu apenas uma propriedade com menos de 30 ha. São os estabelecimentos acima de 100 ha que predominam. A área ocupada por todos os estabelecimentos em conjunto aproxima-se à do grupo dos Cooperados Japoneses: 1.164,1 ha perfazendo 22,5% da área total.

Finalmente, no grupo dos Não Cooperados Brasileiros os 56 estabelecimentos ocupam 2.498,6 ha ou 48,0% da área global. Os pequenos estabelecimentos representam 67,9% do total de propriedades do grupo, apesar de corresponderem a apenas 18,6% da área ocupada por eles. A área média encontrada foi de 44,5 ha.

QUADRO 7. — Número e Porcentagem de Propriedades de Cooperados e Não Cooperados, Brasileiros e Japoneses, segundo Classes de Tamanho dos Estabelecimentos. Pilar do Sul, 1966

Classe de Área ha	Cooperado			T o t a l	
	Japonês n.º	Brasileiro n.º	Não Cooperado Brasileiro n.º	n.º	%
0 — 30	31	1	38	70	66,7
30 — 100	6	3	11	20	19,0
100 e mais	3	5	7	15	14,3
Total	40	9	56	105	100,0

QUADRO 8. — Área Ocupada pelas Propriedades de Cooperados e Não Cooperados, Japonêses e Brasileiros nos Bairros de Boa Vista, Pinhalzinho e Pombal, segundo Classes de Tamanho. Pilar do Sul, 1966

Classe de Área	Cooperados Japonêses		Cooperados Brasileiros		Não Cooperados Brasileiros		Total	
	ha	área %	área	%	área	%	área	%
0 — 30	513,0	33,2	19,4	1,7	464,6	18,6	997,0	19,1
30 — 100	416,2	26,9	205,7	17,7	763,5	30,6	1.385,4	26,6
100 e mais	618,3	39,9	939,0	80,6	1.270,5	50,8	2.827,8	54,3
Total	1.547,5	100,0	1.164,1	100,0	2.498,6	100,0	5.210,2	100,0

Comparando os dados acima tem-se que, em relação ao tamanho das propriedades, o grupo dos Cooperados Japonêses está mais próximo dos Não Cooperados, com predominância da pequena propriedade e um número reduzido de estabelecimentos acima de 100 ha. A diferença existente entre eles não foi significativa. Mas a diferença entre ambos êsses grupos e o grupo dos Cooperados Brasileiros foi altamente significativa ⁽¹¹⁾. Assim, os Cooperados Brasileiros se distanciam nitidamente dos demais com relação ao tamanho das propriedades.

A ocupação do solo, entretanto, se processa de maneira diferente entre japonêses e brasileiros. Enquanto os primeiros apresentam uma menor

dispersão em torno da “área média”, com os brasileiros verifica-se uma situação de posições extremas: de um lado, um grande número de pequenas propriedades ocupando uma pequena área total, do outro um pequeno número de propriedades abrangendo a maior parte da área total.

4.1.2 — Utilização das Áreas de Produção

Em relação a êste aspecto temos o seguinte quadro:

Cooperados Japonêses: neste grupo a porcentagem média de área utilizada em relação à área total é de 54,3%. A maior parte é destinada às culturas: 490,0 ha, dando uma média de 12,3 ha por estabelecimento. Apenas 16,1% do total da área

(11) Comparando os Cooperados Brasileiros com os demais grupos, com relação ao tamanho das propriedades, obtiveram-se os seguintes resultados: 1) Diferença entre Cooperados Brasileiros e Japonêses: 90,5 ha; $t = 4,1704$ **; 2) Cooperados Brasileiros e Não Cooperados Brasileiros: diferença = 84,7 ha; $t = 3,5105$ **.

N.B.: Convencionou-se: * significante ao nível de 5%; ** significante ao nível de 1%.

dos estabelecimentos se constitui de pastagens (quadro 9), sendo 70% de pastos formados. Será visto mais tarde, e através de outros fatores, que este grupo, no seu conjunto, apesar de utilizar a metade de suas terras, caracteriza-se por um uso mais intensivo do solo.

Cooperados Brasileiros: são os que apresentam maior porcentagem média de área utilizada em relação à área total: 70,4%. A maior parte das terras é destinada às pastagens: 605,1 ha, ou seja, 52,0% do total, sendo a porcentagem de pasto formado de 24,8% apenas. A parte das propriedades utilizada pelas culturas corresponde a apenas 17,5% da área total dos estabelecimentos, ape-

sar de, em média, superar o grupo dos Cooperados Japoneses (22,6 ha) devido à existência de grandes propriedades.

Não Cooperados Brasileiros: este grupo também apresenta grande porcentagem de área utilizada em relação à área útil: 61,3%, sendo que a maior parte é utilizada com pastagens. Estas correspondem a 48,7% da área total dos estabelecimentos e como os Cooperados Brasileiros, é pequena a porcentagem de pastos formados: 27,5%. A área cultivada, é, entretanto, muito menor neste grupo: 5,3 ha. Foi também o grupo que apresentou menor porcentagem de área plantada com eucalipto (quadro 9).

QUADRO 9. — Aproveitamento das Propriedades Agrícolas de Japoneses e Brasileiros, Cooperados e Não Cooperados, nos Bairros de Boa Vista, Pinhalzinho e Pombal, Pilar do Sul, 1966

Utilização das Áreas	Cooperados Japoneses		Cooperados Brasileiros		Não Cooperados Brasileiros	
	ha	%	ha	%	ha	%
Área cultivada	490,0	31,7	203,3	17,5	298,6	12,0
Área de pastagem	248,7	16,1	605,1	52,0	1.216,5	48,7
Área com eucalipto	100,0	6,5	10,9	0,9	16,0	0,6
Área não utilizada	708,8	45,7	344,8	29,6	967,5	38,7
Total	1.547,5	100,0	1.164,1	100,0	1.498,6	100,0

O confronto dos dados acima mostra a semelhança entre os brasileiros, no que toca à utilização de área. As pastagens ocupam grande parte de suas terras, predominando as pasta-

gens naturais. Entretanto, no que diz respeito à área média destinada às culturas, os brasileiros estão bastante distanciados entre si (12). São os Não Cooperados os que apresentam

(12) A diferença entre Cooperados Brasileiros e Não Cooperados em relação à área cultivada foi significativa ao nível de 5%; $t = 3,694$ *

menor área de cultivo, estando os Cooperados Brasileiros muito próximo dos Cooperados Japoneses, apesar da diferença aparentemente acentuada (13). E, apesar destes últimos terem menor área de pasto, são os que apresentam maior porcentagem de pasto formado. São estes, também, que, além das pastagens e das áreas de culturas, reservam uma pequena parcela para as essências florestais.

4.1.3 — Principais Explorações: Composição Qualitativa

No levantamento dos dados pediu-se ao entrevistado que indicasse apenas os produtos que cultivava, na ordem de importância econômica dos mesmos. Isto é, conforme a renda ou a utilidade de cada produto, sem especificação da área ocupada e produção obtida. Para tornar possível uma comparação entre os grupos convenencionados, será considerado o destino dado pelos produtores aos diferentes produtos (ou mercado ou consumo), com ênfase naqueles indicados entre os três primeiros em importância.

Entre os Cooperados Japoneses, 33 propriedades em 40 apresentaram produção. As

restantes estavam ainda em fase de formação. Para todo grupo o número médio de itens produzido para mercado é de 3 produtos por estabelecimento. Os produtos considerados como os mais importantes são o tomate e batata. Citados por mais da metade dos proprietários do grupo, estes produtos surgiram sempre entre os três primeiros, sendo que o tomate quase sempre era considerado o de maior valor econômico.

As frutas também apareceram com frequência entre os três primeiros: caqui, abacaxi, ameixa, pêssego, uva Itália e citrus em grande variedade. Dentre elas, destacam-se, pelo valor econômico, a uva Itália e a "ponkan".

As verduras foram encontradas em grande variedade entre os japoneses: ervilha, repólho, vagem, abobrinha, cebola, cenoura, pimentão, quiabo, pepino. As que se destacavam eram a vagem, a ervilha e o pimentão.

A abóbora e a criação de aves para abate e/ou ovos também surgiram com frequência entre os três primeiros produtos e sempre tendo o mercado como destino. Cereais, como o milho, feijão e o arroz e raí-

(13) A diferença de 10,33 ha não foi significativa: $t = 1,483$.

zes, como a mandioquinha, a batata-doce e o amendoim, raramente eram citados entre os três primeiros produtos. A maioria dos proprietários que cultivavam esses produtos, principalmente o milho e o arroz, plantavam exclusivamente para consumo.

É de se notar que o cultivo de produtos como o milho, feijão, arroz, mandioca, etc. surgiu apenas nos estabelecimentos acima de 30 ha. As pequenas propriedades se dedicam com exclusividade às frutas, hortaliças e avicultura.

No grupo dos Cooperados Brasileiros, também a produção se volta mais para o mercado do que para o consumo doméstico. Não houve nenhum estabelecimento que não apresentasse produção. O número médio de produtos destinados ao mercado foi de 2 por estabelecimento.

Neste grupo, o gado destaca-se como a exploração mais importante, sendo o gado de leite preferido ao gado de corte. Seguem-se o milho, cultivado em quase todos estabelecimentos, e o feijão. A mandioca, o amendoim e o arroz apareceram menos frequentemente entre os três primeiros produtos. Fora os produtos acima, apenas um se diferen-

ciava: o tomate, produzido em um único estabelecimento. Neste grupo, não apareceu produção exclusiva para consumo.

Finalmente, no grupo dos Não Cooperados Brasileiros, a produção de milho destaca-se entre os três produtos citados como os mais importantes: 76,9% dos estabelecimentos que apresentaram produção (52 estabelecimentos com produção) têm plantações de milho. Entretanto, apenas um quarto dos estabelecimentos tem o mercado como destino.

De fato, a maior parte dos Não Cooperados, plantava mais para o consumo doméstico do que para o mercado. Em geral, apenas um produto em cada estabelecimento se destinava ao mercado. Assim, a atribuição de valor pelos proprietários deste grupo baseou-se mais na utilidade dos produtos do que na renda aferida. Este foi o caso do milho e do arroz, do qual muitos vendiam apenas o excedente.

Entre os produtos destinados principalmente à comercialização destacam-se o feijão, o gado e o porco gordo. A criação deste último é de caráter essencialmente doméstico. Já o gado surgiu em algumas propriedades como uma exploração distinta da criação doméstica. O

gado de corte é preferido ao gado leiteiro, apesar de não ter sido incomum encontrar-se (entre os que possuíam algum gado) proprietários que tinham na fabricação e venda de queijo uma importante fonte de renda.

O fumo, a banana e a lenha surgiram num número reduzido de propriedades, mas tendo sempre o mercado como destino.

Exclusivamente para uso doméstico eram: a cana-de-açúcar para a alimentação do gado, a mandioca, a batata-dôce, a cebola e a batata inglesa.

Comparando os grupos acima, dois tipos de distinção poderiam ser feitos: primeiro, quanto aos itens produzidos; segundo, quanto ao número de produtos destinados ao mercado.

Quanto à exploração realizada, vê-se que não há diferença entre Brasileiros Cooperados e Não Cooperados. Formam uma única classe de produtores, contrapondo-se nitidamente aos Cooperados Japoneses. Enquanto neste último grupo predominam os avicultores e os produtores de frutas e hortaliças, entre os brasileiros predominam os produtores de milho, feijão, arroz e os criadores de gado.

Entretanto, apesar dos brasileiros se aproximarem quanto aos produtos cultivados, existe entre eles uma diferença fundamental: enquanto os Cooperados Brasileiros exercem a atividade agrícola com vistas ao mercado, aproximando-se quanto a isso dos Cooperados Japoneses (14), os Não Cooperados têm, no consumo doméstico, o principal objetivo de sua atividade. A renda advém quase sempre da venda de excedentes.

4.2 — RECURSOS DISPONÍVEIS

Convencionou-se chamar de “recursos disponíveis” certos bens de capital, serviços e organizações que concorrem para dinamizar a produção agrícola como: o uso de fertilizantes e de energia elétrica, a posse de veículos e maquinários agrícolas, procura de assistência técnica, facilidades de transporte ao alcance dos produtores, etc. Será visto a incidência desses fatores nos três grupos em estudo, procurando realçar as diferenças e semelhanças entre eles.

4.2.1 — Uso de Fertilizantes

Entre os Cooperados Japoneses é generalizado o emprê-

(14) A diferença entre Cooperados Japoneses e Cooperados Brasileiros quanto ao número médio de itens produzidos para mercado não foi significativa: $t = 1,894$. Entretanto, a diferença entre Cooperados Brasileiros e Não Cooperados foi altamente significativa: $t = 2,730$ **.

go de fertilizantes químicos nas plantações: tôdas as propriedades efetivamente cultivadas apresentaram uso de fertilizantes, sendo que mais da metade delas empregavam fertilizantes em tôdas as culturas. Apenas o milho, a mandioquinha, o feijão e a abóbora são em alguns estabelecimentos cultivados sem a ajuda de produtos químicos.

Entre os Cooperados Brasileiros, a situação se assemelha à dos Não Cooperados, pois, em ambos, é muito restrito o uso de fertilizantes (15).

4.2.2 — Fôrça e Luz

De um modo geral, é quase nulo o uso de fôrça e luz entre os agricultores do município. Conforme relatório do agrônomo local (6), as poucas propriedades que utilizam eletricidade a obtêm através de geradores próprios. Os três Bairros estudados não fugiram à regra: apenas 6,7% dos estabelecimentos tinham luz nas residências, sendo que somente um comprava da companhia fornecedora do município.

Todos êsses estabelecimentos com eletricidade pertenciam a Cooperados Japoneses.

4.2.3 — Veículos e Maquinário

Entre os Cooperados Japoneses, foram encontrados 39 tratores, 43 aparelhos de irrigação, 10 veículos entre caminhões e caminhonetes e 8 automóveis. Foram os estabelecimentos acima de 30 ha que apresentaram maior número de tratores e veículos.

O número de aparelhos de irrigação encontrado entre os Cooperados Brasileiros foi pequeno: 2 aparelhos de irrigação em 9 estabelecimentos. Já o número de tratores foi, proporcionalmente, alto: 7 tratores em 9 propriedades. Além dos tratores, apareceram 3 veículos de carga (caminhões e caminhonetes) e 4 automóveis. É de se notar que todos os automóveis surgiram naquelas propriedades onde o gado é principal exploração (5 em 9), não tendo surgido nenhum outro veículo ou maquinário. Assim, os tratores, caminhões e caminhonetes e os aparelhos de irrigação se concentraram naqueles estabelecimentos em que vegetais como o milho, o feijão e o

(15) No grupo dos Cooperados Brasileiros, 5 estabelecimentos em 9 indicaram emprego de fertilizantes em suas culturas. A diferença entre êles e os Cooperados Japoneses foi significativa ao nível de 1% $\chi^2 = 10,752$ **. O mesmo teste para Cooperados Brasileiros e Não Cooperados não foi significativo: $\chi^2 = 3,447$.

arroz constituem os produtos de maior valor econômico.

Já entre os Não Cooperados foi bastante pequeno o número de veículos e maquinário. Com exceção dos automóveis, que surgiram em um número relativo (12 automóveis em 56 estabelecimentos), os veículos e maquinário existentes são: 5 tratores, 4 entre caminhões e caminhonetes e 4 aparelhos de irrigação.

Como se vê, a situação dos cooperados, Japonêses e Brasileiros, se assemelha em muito quanto à posse de veículos. De fato, não foi encontrada diferença significativa entre eles. Neste aspecto estão bem distantes dos Não Cooperados, com os quais foi significativa a diferença em relação aos tratores, caminhões e caminhonetes. Entretanto, os Não Cooperados não se diferenciam dos Cooperados Brasileiros quanto ao uso de aparelhos de irrigação. É interessante notar que o mesmo se dá quanto ao número de veículos existentes em cada gru-

po de Brasileiros (Cooperados e Não Cooperados).

4.2.4 — Transportes

Proporcionalmente ao número de propriedades, o número de veículos motorizados existentes entre Cooperados, Japonêses e Brasileiros, é bem pequeno. A razão disto está no sistema de transportes proporcionado pelas cooperativas.

Tôda cooperativa que possui um depósito em Pilar ⁽¹⁶⁾ mantém um grupo de transporte exclusivo para a região. Cada grupo tem seus próprios caminhões: a Cooperativa Agrícola de Cotia com cinco caminhões, a Sul-Brasil com três e a Central Agrícola São Paulo com dois. Esses caminhões têm dias certos para passarem pelas propriedades. Durante o período das colheitas eles atendem fora dos dias marcados, bastando requisitá-los. Havendo necessidade, as cooperativas alugam tantos caminhões quantos forem precisos para transportar rapidamente tôda a produção.

(16) Cooperativa Agrícola de Cotia, Cooperativa Central Agrícola Sul-Brasil e Cooperativa Central Agrícola São Paulo.

A Cooperativa de Laticínios de Sorocaba não tem o mesmo sistema que as demais. Tem a seu dispôr apenas um caminhão alugado, que faz o transporte até Sorocaba. Entretanto, êsse caminhão não passa por tôdas as propriedades dos cooperados, pois o trajeto é fixo. Aquêles que estão fora dêsse trajeto são obrigados a transportar a produção até Pilar.

Todo êsse sistema torna a situação dos Não Cooperados bem mais precária que a dos Cooperados, pois o número de veículos motorizados existentes entre êles é muito pequeno, sendo mais comum as carroças e charretes.

4.2.5 — Relações Comerciais com as Cooperativas

Funcionam no município de Pilar uma cooperativa de primeiro grau, duas de segundo grau ⁽¹⁷⁾ e duas mistas. São elas, respectivamente, a Cooperativa de Laticínios de Sorocaba, a Cooperativa Central Agrí-

cola Sul-Brasil, a Cooperativa Central Agrícola São Paulo, a Cooperativa Agrícola de Cotia e a Cooperativa Agrícola Bandeirante. Assim, com exceção da Cooperativa de Laticínios de Sorocaba, cuja operação principal são as vendas em comum, tôdas as demais proporcionam aos cooperados um conjunto de vantagens que vai desde as vendas em comum e beneficiamento, até a assistência médico-hospitalar.

No conjunto dos bairros estudados, é a Sul-Brasil que tem o maior número de associados (46% dos 50 cooperados dos Bairros), pois parte da Fazenda Sul-Brasil ⁽¹⁸⁾ se localiza no Bairro de Pinhalzinho. A distribuição dos demais cooperados pelas outras cooperativas é a seguinte: 22% na Cooperativa Agrícola de Cotia; 18% na Cooperativa Agrícola Bandeirante; 8% na Central Agrícola São Paulo e 4% na Cooperativa de Laticínios de Sorocaba. Os restantes 2% pertencem a outras cooperativas fora do município.

(17) Cooperativas de primeiro grau têm pessoas físicas como associados, enquanto as de segundo grau têm como sócios pessoas jurídicas, reunindo determinadas categorias de cooperativas de primeiro grau (podendo também ter pessoas físicas como associados).

(18) Conjunto de lotes de 19,4 ha cada, vendido aos seus associados com um prazo de pagamento de 10 anos.

De todos os dois grupos de cooperados em estudo é o grupo dos Cooperados Japonêses o que utiliza mais intensamente as cooperativas. Tôda a produção dêsses agricultores é vendida por intermédio das cooperativas (numa média de 3,0 produtos por estabelecimento), com exceção de alguns poucos produtos cultivados mais para o consumo como: o milho, o feijão, a lenha e o porco. Do mesmo modo, todos os agricultores dêsse grupo fazem suas compras na cooperativa a que pertencem. Quase tudo o que necessitam é aí adquirido. Entre os artigos mais procurados, estão aquêles destinados ao consumo doméstico (quadro 10). Seguem-se os adubos e fertilizantes, máquinas e ferramentas e os inseticidas e fungicidas. Assistência técnica e financiamento são também procuradas nas cooperativas, como será visto mais adiante.

Entre os Cooperados Brasileiros as relações comerciais com as cooperativas se restringem quase que só às compras.

Ao contrário dos Japonêses, os Cooperados Brasileiros entregam às cooperativas apenas alguns poucos produtos: o milho, o tomate, o leite e a batata-dôce. A média é de 0,8 produtos por estabelecimento.

No que diz respeito às compras, 9 entre as 10 famílias de Cooperados Brasileiros ⁽¹⁹⁾ as fazem nas cooperativas. Neste grupo foram também os artigos de consumo doméstico os que tiveram maior número de indicação, apesar de proporcionalmente menor do que entre os Japonêses, pois se limita aos que moram no município. Pelo que se observou, há uma preferência para a aquisição de alimentos e demais artigos de consumo doméstico nas cooperativas, por serem mais barato aí do que no comércio local. Além dêsses artigos sobressaem apenas aquêles destinados à criação animal, pois, de acôrdo com os entrevistados, as cooperativas são mais rápidas no atendimento e têm o maior e mais variado estoque da cidade.

(19) Como já foi dito havia dois sócios entre os entrevistados. Ambos se encontram entre os Cooperados Brasileiros. Suas terras foram tratadas como um único estabelecimento. Mas quando a análise se reporta à família do entrevistado ou às pessoas mesmas dos entrevistados ambos são considerados separadamente. Assim, o número de estabelecimentos dentro do grupo de Cooperados Brasileiros é 9 e o número de Cooperados é 10.

QUADRO 10. — Principais Artigos Comprados nas Cooperativas pelos Agricultores dos Bairros de Boa Vista, Pinhalzinho e Pombal, Pilar do Sul, 1966

Compras feitas nas Cooperativas	Porcentagem dos que Compram		
	Cooperados dos Japonezes	Cooperados Brasileiros	Não Cooperados Brasileiros (1)
Artigos de Consumo doméstico	90,9	44,4	25,9
Maquinários e equipamentos	42,5	22,2	—
Adubos e fertilizantes	67,5	22,2	—
Inseticidas e fungicidas	32,5	—	12,5
Sementes e mudas	2,5	11,1	6,3
Ferramentas, ferragens, madeiras, artigos de manutenção dos maquinários	15,0	11,1	37,5
Artigos para a criação	7,5	33,3	18,8
Combustíveis	2,5	—	12,5
Outros	10,0	22,2	18,8

(1) Os Não Cooperados realizam pequenas compras nas Cooperativas por intermédio de vizinhos e amigos cooperados.

Com relação às operações de venda, são maiores as diferenças entre Cooperados Japonezes e Cooperados Brasileiros. A diferença entre o número médio de produtos entregues às cooperativas por ambos os grupos foi altamente significativa (20). Entretanto, mesmo nas compras, são os japonezes que se sobressaem, indicando uma dependência bem grande a essas organizações, o que de forma alguma se observa entre os outros cooperados. Isto será visto melhor no setor de assistência técnica e financiamento.

4.2.6 — Assistência Técnica

São poucos os dados colhidos nesta população de agricultores sobre assistência técnica, recebida ou procurada. Pôde-se conhecer apenas: 1) aqueles que usam assistência técnica (não se diferenciou os que procuram os técnicos dos que apenas recebem visitas espontâneas destes, apesar de se ter dado ênfase aos que procuram; 2) de que fonte esta provém; 3) que tipo de orientações são pedidas e 4) quais as opiniões dos agricul-

(20) $t = 3,866$ **.

tores sobre a assistência recebida (será visto em outra parte).

Todavia, julgou-se que esses dados, apesar de um tanto superficiais, podiam levar a um melhor conhecimento da população em estudo. Assim, procurou-se verificar como cada grupo se comportava em relação a esse conjunto de fatores, que formam o que se denominou "assistência técnica".

Nesta parte os Cooperados Brasileiros e os Não Cooperados serão tratados como um único grupo. A razão está em que entre ambos não houve diferença alguma quanto ao uso de assistência técnica (21). A

confiança em suas próprias experiências e conhecimentos é muito acentuada entre os entrevistados de ambos os grupos. Em geral, seus contatos com os órgãos de assistência se restringem à compra de sementes. Isto em parte se explica por se dedicarem a cultivos tradicionais como o milho, o feijão e a criação extensiva do gado, a qual não exige grandes atenções (22). Não foram observadas diferenças significativas entre os estratos de área, apesar de ser entre os estabelecimentos acima de 100 ha que houve, proporcionalmente, maior número de proprietários que se utilizam de assistência técnica (23).

QUADRO 11. — Número e Porcentagem de Agricultores Brasileiros e Japoneses que Procuram Assistência Técnica, nos Bairros de Boa Vista, Pinhalzinho e Pombal. Pilar do Sul, 1966

Procura de Assistência Técnica	Japoneses		Brasileiros		Total	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Sim	36	90,0	16	24,2	52	49,1
Não	4	10,0	50	75,8	54	50,9
Total	40	100,0	66	100,0	106	100,0

(21) Usam assistência técnica: Cooperados Brasileiros = 2; Não Cooperados: 14. $\chi^2 = 0,231$.

O mesmo teste entre Cooperados Japoneses e Cooperados Brasileiros foi significativo ao nível de 1%: $\chi^2 16,783$ **.

(22) Número reduzido de cabeças; gado comum, não tendo sido observada: a existência de nenhuma raça melhorada ou mesmo de cruzamento com raça melhorada; a existência de estábulos e modernas instalações para o gado leiteiro; pouco disseminado o uso de rações e raras utilizações de sais minerais, estando a alimentação restrita quase que unicamente às pastagens.

(23) Principalmente entre os Não Cooperados, onde a porcentagem dos que não procuram assistência técnica diminui à medida em que aumenta o tamanho das propriedades: 84,2% entre os pequenos proprietários; 63,6% no estrato dos médios e 57,1% no estrato dos grandes proprietários.

Quanto às fontes de assistência usadas pelos brasileiros, o “Agrônomo da Casa da Agricultura” foi a mais indicada.

Firmas particulares também apareceram, mas em número reduzido. Já as cooperativas não foram mencionadas (quadro 12).

QUADRO 12. — Fontes de Assistência Técnica Procuradas pelos Japoneses e Brasileiros, nos Bairros de Boa Vista, Pinhalzinho e Pombal. Pilar do Sul, 1966

Grupos	Procuram Assistência Técnica	Fontes de Assistência		
		Coopera- tivas	Casa da (1) Agricultura	Outros
Japoneses	36	35	9	1
Brasileiros	16	—	11	7
Total	62	52	20	8

(1) Antiga Casa da Lavoura.

Apesar de ter sido o agrônomo da Casa da Agricultura o mais apontado pelos que procuram assistência técnica, os dados sobre a frequência com que o procuram indicam que, na realidade, é muito pequena a solicitação dos trabalhos desse técnico. O número médio de contatos com o agrônomo no ano anterior à pesquisa foi de 1,2 contatos. Assim, mesmo esses brasileiros que dizem procurar a assistência de um técnico o fazem muito raramente. E, pelas dificuldades indicadas por esses agricultores, como motivo para solicitar orientação, nada impede de considerá-los juntamente com aqueles que afirmaram não utilizar assistência técnica.

De fato, é muito reduzido o número de dificuldades que esses agricultores procuram resolver com a ajuda de um técnico. Com relação ao item 1 do quadro 13: “técnica de cultivo e épocas de plantio”, as respostas, em sua maioria, versavam sobre a compra de semente de milho e feijão. Ocorreram também respostas vagas como: “sobre a plantação”; “épocas de plantar; em conversa com o agrônomo sempre se sabe de novidades”, etc...

No setor da pecuária, as respostas foram um pouco mais precisas, mas limitando-se à: “compra de remédios para o gado”; “doença da criação”; “variedade e plantio de capim”, etc...

QUADRO 13. — Uso de Assistência Técnica: Orientações Solicitadas pelos Proprietários dos Bairros Estudados. Pilar do Sul, 1966

Orientações sôbre	Número de Solicitantes		
	Japoneses	Brasileiros	Total
Técnicas de cultivo e época de plantio	15	10	25
Análise da terra, uso de fertilizantes	15	4	19
Uso de inseticidas, herbicidas e fungicidas, técnicas de combate às pragas, fungos, etc.	26	—	26
Avicultura	11	—	11
Pecuária	—	8	8
Agricultura em geral	7	2	9
Crédito e financiamento	2	—	2
Outros	—	4	4

A situação entre os Cooperados Japoneses é totalmente diversa. O número de agricultores que solicitam assistência técnica representa 90% do grupo. E são as cooperativas as fontes mais procuradas. Com exceção de um proprietário, to-

dos os que indicaram procurar a Casa da Agricultura local procuravam, também, as cooperativas (24). Apenas um afirmou procurar orientação de uma firma particular além da cooperativa.

(24) O número dos que procuram a Casa da Agricultura talvez seja menor do que o encontrado, pois o fato das entrevistas serem feitas com o auxílio do escriturário dessa Casa deve ter exercido alguma influência nas respostas, mesmo entre os brasileiros.

Quanto à frequência com que os Cooperados Japoneses solicitam o agrônomo da Casa da Agricultura, o número médio de contatos (1,7 contatos) sugere que, do mesmo modo que os brasileiros, é muito pequena a solicitação de seus trabalhos. Isto, no entanto, não significa que eles na verdade procuram menos assistência do que demonstraram, pois a natureza das orientações solicitadas é qualitativamente diferente dos demais entrevistados, como mostrou o quadro 13.

Pode ser visto, assim, que o grupo dos Cooperados Japoneses é totalmente diferente dos demais grupos, no que diz respeito à assistência técnica. A confiança em seus conhecimentos e experiências é muito acentuada entre os brasileiros. São muito poucos os que solicitam a assistência de um técnico, não tendo influência o fator filiação a uma cooperativa.

4.2.7 — Crédito e Financiamento

A pergunta: “a propriedade teve alguma dívida no ano passado (1965)?”, estava mal formulada, no questionário, pois para se obter uma resposta precisa, seria necessário que o funcionamento dos estabelecimentos se fizesse nos moldes de uma “empresa” agrícola. Em

outras palavras, que estivessem orientados para a produção, e apresentassem um mínimo de contabilização. Portanto, que seus proprietários agissem sempre com a finalidade de tocar a empresa da melhor maneira possível.

Assim, modificou-se a pergunta para: “o senhor teve alguma dívida o ano passado?”, a fim de possibilitar uma visão melhor do que ocorria entre aqueles que tinham, na agricultura, não uma profissão, mas uma “maneira de viver”, isto é, os “sitiantes tradicionais”. Essa modificação proporcionou dados de alguma importância para a compreensão das diferenças existentes entre os vários grupos.

No grupo dos Cooperados Japoneses, como já era esperado, foi bem grande a porcentagem dos entrevistados que tinham recorrido a empréstimos em 1965: dos 40 proprietários do grupo, 80% tinha realizado empréstimos naquele ano. A maioria dera mais de um destino ao capital levantado. O custeio da produção foi o objetivo mais indicado, estando aqui incluído não apenas a compra de adubos e sementes, mas, também, de inseticidas, ração para aves, pintos, caixas para tomate, etc. . .

A compra de imóveis e construção de benfeitorias foram itens que só ocorreram entre os componentes deste grupo. Entre eles, pouco mais da metade dos que pediram empréstimo em 1965 o fizeram para aplicar em imóveis e benfeitorias. Isto se deve ao fato de serem proprietários recentes, ainda pagando as terras adquiridas. Estão em formação, não só muitas lavouras, mas, também, a construção de instalações.

Foi, também, entre os japoneses que a compra de maquinários teve maior incidência de respostas, tendo surgido entre esse item, trator e aparelho de irrigação, este em maior número.

Entre as outras finalidades indicadas, ressaltam os empréstimos para despesas familiares.

Com relação às fontes de crédito, foram as Cooperativas as mais indicadas neste grupo. Não apenas para empréstimos diretos, mas, também, para funcionarem como intermediárias entre os agricultores e o Banco do Brasil e o Banco do Estado de São Paulo. Como fontes foram, também, indicados alguns bancos particulares.

No grupo dos Cooperados Brasileiros, também, foi relativamente grande o número dos

que fizeram empréstimos em 1965: seis dos dez proprietários.

Também entre os Cooperados Brasileiros, foi o custeio da produção o principal destino dado aos empréstimos. Entretanto, esse item se restringia apenas à compra de adubos e sementes. A compra de maquinários e equipamentos surgiu apenas uma vez entre eles.

As únicas fontes de financiamento citadas pelos componentes deste grupo foram o Banco do Brasil e o Banco do Estado, o primeiro em maior número.

Finalmente, entre os Não Cooperados, a porcentagem dos que pediram empréstimos em 1965 foi a mais baixa dos três grupos: 23,2% dos proprietários. Também para estes foi mais frequente o empréstimo para custeio da produção, sendo que, do mesmo modo que os Cooperados Brasileiros, a quase totalidade desses empréstimos se destinava à compra de sementes e adubos. A única fonte de crédito para este tipo de empréstimo foi o Banco do Brasil através da Carteira de Crédito Agrícola.

Neste grupo, não se registrou nem um empréstimo para aquisição ou construção de imóveis. E, quanto à compra de maqui-

nários, apenas um proprietário se utilizou do financiamento do Banco do Brasil para a compra de um trator. Entretanto, surgiram em número relativamente grande (mais de um quarto dos que fizeram empréstimos em 1965) os empréstimos para “despesa pessoal ou da família” e “outras finalidades”. Nessas categorias apareceram entre outras respostas despesas com doença de membros da família e aquisição de animal de trabalho.

As fontes de crédito para essas finalidades foram sempre os parentes e amigos.

Comparando os dados acima têm-se que:

1.º A diferença entre Cooperados Japoneses e Cooperados Brasileiros, que buscaram financiamento em 1965, não foi significativa (25), tendo sido, entretanto, altamente significativa entre Cooperados Brasileiros e Não Cooperados (26). Pode-se, portanto, afirmar a existência de uma associação entre o fator “filiação a uma cooperativa” e a “procura de crédito e financiamento” (27).

2.º No conjunto dos agricultores, a procura de finan-

ciamento, em 1965, foi maior para o custeio da produção, tendo sido bastante pequena a procura de empréstimos para a aquisição de maquinários e equipamentos, como mostram os dados do quadro 14.

3.º Além dessas observações, outras puderam ser feitas como, por exemplo, a ausência de associação entre as classes de tamanho das propriedades e o fato de o proprietário ter feito empréstimos em 1965, e entre este e o tipo de exploração realizada.

Em nenhum dos casos houve associação. Apesar disso, é interessante notar que entre os brasileiros, tanto cooperados como não cooperados, foram os grandes proprietários que apresentaram maior número de respostas positivas.

Quanto ao tipo de exploração realizada teve-se que entre os japoneses que cultivam frutas e hortaliças foi que surgiu o maior número de respostas positivas, sendo a aquisição de imóveis, o custeio da produção e a compra de máquinas e equipamentos as principais finalidades dos empréstimos. Entre os que cultivam cereais além

(25) $\chi^2 = 0,629$.

(26) $\chi^2 = 7,082$ **.

(27) Associação positiva e altamente significativa: $Q = 0,825$ e $\chi^2 = 29,299$ **.

QUADRO 14. — Destino dos Empréstimos levantados em 1965 pelos Proprietários dos Balros de Boa Vista, Pinhalzinho e Pombal, Pilar do Sul, 1966

52

Número de Proprietários que fizeram Empréstimos em 1965	% Sobre o Total de Proprietários	Destinos dos Empréstimos (1)				
		Imóveis %	Custeio da Produção %	Máquinas e Equipamentos %	Despesas Domésticas %	Outros %
51	48,1	33,3	68,6	21,6	5,9	11,8

(1) Admitia-se mais de uma resposta.

das frutas e hortaliças, o custeio da produção foi o principal destino.

Nos grupos de brasileiros, o maior número de empréstimos foi observado entre os produtores de milho, arroz e feijão. Tanto entre êstes como entre os pecuaristas predominou o empréstimo para custeio da produção.

Em resumo: a maior procura de crédito e financiamento, em 1965, foi feita pelos japoneses, principalmente produtores de frutas e verduras. O fato de grande parte dos japoneses serem proprietários recentes muito contribuiu para que êsse grupo se sobressaísse entre os demais, quanto aos empréstimos realizados em 1965, pois grande parte das propriedades foram adquiridas por intermédio de financiamentos.

Entre os brasileiros, foram os cooperados os que mais solicitaram crédito naquele ano. A diferença existente entre Brasileiros Cooperados e Não Cooperados foi significativa, indicando que êsses grupos devem ser considerados separadamente com relação a crédito e financiamento. De fato, na população estudada, o fator "filiação a uma cooperativa" está associado ao fator "procura de cré-

dito em 1965", sendo essa associação positiva, de alto grau e estatisticamente significativa.

As diferenças havidas entre os cooperados (Japoneses e Brasileiros) se referem ao destino do empréstimo e às fontes de financiamento.

As diferenças havidas entre os três grupos sugerem que o emprêgo de bens destinados à produção é muito mais elevado entre os Japoneses do que entre os Cooperados Brasileiros, sendo ínfimo entre os Não Cooperados.

4.3 — A SITUAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

A relação dos dados sôbre produto cultivado, área plantada, recursos à assistência técnica e financiamento já dão uma boa medida da situação dos diferentes grupos de agricultores, definidos segundo a etnia e filiação a uma cooperativa. Até agora, entretanto, nada foi visto sôbre a situação do elemento humano, ou seja, as condições de vida dêsses proprietários, seu nível de escolaridade, principais contatos realizados, etc. Situa-los quanto a êsses aspectos é importante na medida em que êles são os agentes do processo produtivo. Assim, para completar o quadro geral no qual os diferentes

grupos de proprietários se inserem, segue-se uma descrição e comparação desses grupos em função de alguns fatores de bem estar social.

4.31 — Origem dos Proprietários, Tempo de Posse e Local de Residência

As diferenças existentes entre os três grupos de agricultores quanto à origem dos proprietários, tempo de posse e local de residência são as seguintes: No grupo dos Cooperados Japonêses, a grande maioria das famílias é de imigração recente ⁽²⁸⁾, estando há pouco tempo estabelecidas no município: o tempo médio de posse é de 4 anos, sendo os extremos, 3 meses e 18 anos ⁽²⁹⁾. A propriedade é o local de residência de todas as famílias, com exceção de uma, que reside na cidade de Pilar.

Já os Cooperados Brasileiros apresentam uma situação bem diferente. Dos dez entrevistados três são naturalizados. Dos que nasceram no Brasil, cinco

são da zona rural de Pilar. Em comparação com os Japonêses é significativamente maior o número dos Cooperados Brasileiros que não residem na propriedade: três residem na cidade de Pilar, um em Piedade e dois na Capital. Todos estes são estrangeiros ou descendentes.

A diferença quanto ao tempo médio de posse entre os residentes na propriedade e os residentes em centros urbanos é insignificante. Entretanto, para o grupo todo, essa média é muito superior à dos Japonêses: enquanto para os Japonêses a média foi de 4 anos, para os Cooperados Brasileiros foi de 12 anos ⁽³⁰⁾.

A situação dos Não Cooperados é semelhante à dos Cooperados Brasileiros, apenas no que se refere ao tempo de posse, pois, apesar da diferença entre eles ser de 3 anos, ela não foi significativa ⁽³¹⁾. Quanto aos demais aspectos, estão bem distantes dos Cooperados Brasileiros. Entre eles, apenas 6 proprietários em 56

(28) Apenas 25% dos proprietários são descendentes de japonêses.

(29) A diferença do tempo médio de posse de proprietários nascidos no Brasil e de proprietários nascidos no Japão (1,3 anos) não foi significativa: $t = 0,929$.

(30) A diferença de 8 anos foi significativa ao nível de 5 por cento: $t = 3,213$ *.

(31) Os Não Cooperados tiveram em média 15 anos de posse. O teste "t" entre eles e os Cooperados Brasileiros foi: 0,508.

são estrangeiros ou descendentes. Todos os demais são brasileiros, sendo que 53,6% são da zona rural do município. O local de residência da maioria é o próprio estabelecimento. Somente 19,6% reside fora da propriedade ⁽³²⁾. Neste aspecto, estão bastante próximos dos Cooperados Japoneses.

Relacionando-se os dados acima com os dados sobre tamanho de propriedade, tratados anteriormente, observou-se que, entre os japoneses, à medida que aumenta o tamanho da propriedade aumenta também o número médio de anos de posse: é na classe dos “grandes proprietários” que está a maior média: 11 anos. Nesta mesma classe é que se encontra, não só a maior porcentagem de nisseis (66,7%), como também o único proprietário deste grupo que não reside na propriedade.

Entre os Brasileiros, cooperados e não cooperados, apesar de haver diferença significativa quanto ao tamanho da propriedade, não houve diferença com relação ao número médio de anos de posse, como ficou demonstrado. A maior média se encontra entre proprietários de

estabelecimentos entre 30 e 100 ha. Por outro lado, é na classe dos grandes estabelecimentos que se têm não só a mais alta porcentagem de estrangeiros ou descendentes como, também o maior número de proprietários que não residem na propriedade (entre os Cooperados Brasileiros desta classe de área, 5 em 7 não residem no estabelecimento).

4.3.2 — Escolaridade

Em relação à escolaridade, o grupo dos Cooperados Japoneses não se diferencia dos Cooperados Brasileiros. Entre os Japoneses, a média de anos de estudo dos proprietários foi de 7,7 anos e, entre os Cooperados Brasileiros, ela foi de 6,8 anos. Quanto aos Não Cooperados, essa média foi de apenas 2,7 anos. Entre os Cooperados, a diferença não foi significativa ⁽³³⁾, mas entre estes e os Não Cooperados ela é bem pronunciada ⁽³⁴⁾, ainda mais se se levar em conta que a escolaridade média entre os Não Cooperados não mostra a situação real, uma vez que muitos ficavam dois anos no primeiro ano do grupo, situação essa que

(32) Dêstes, 9 moram em Pilar e 2 na Capital.

(33) $t = 0,966$

(34) $t = 3,597$ **

pareceu não existir entre os Cooperados.

Assim, na população em estudo a escolaridade mostrou estar efetivamente associada ao fator filiação a uma cooperativa.

4.3.3 — Contatos e Relações Sociais (35)

É entre os Cooperados Japoneses que as comunicações, os contatos com a cidade e o relacionamento social são mais intensos, realizando-se, de preferência, dentro da própria comunidade, quer no município, quer fora dele. Isto foi visto através dos seguintes dados:

a) A quase totalidade das famílias japonesas estudadas possui rádio (37 em 40). Destas, 27 têm preferência por programas japoneses, principalmente musicais. Foram bem poucos os que indicaram os noticiários (em língua japonesa), tendo sido maior o número dos que ouvem

quase que só programas ligados à agricultura (num total de 10).

- b) A leitura de revistas e jornais é feita pela quase totalidade dos proprietários japoneses, tendo sido política, notícias e esportes os assuntos preferidos. A maioria dos jornais indicados são escritos em língua japonesa.
- c) Quase todos os entrevistados costumam ir à cidade de Pilar com frequência, pelo menos uma vez por semana, sendo relativamente grande o número dos que apresentaram mais de duas idas por semana.
- d) Divertimentos e reuniões são frequentes, e sempre dentro da própria comunidade. Pilar é o local em que se reúnem com mais frequência, em dependências das cooperativas (36) ou participando (os mais jovens) das atividades esportivas do

(35) Contatos são processos sociais “que não envolvem necessariamente o aparecimento de relações relativamente estáveis” (13).

(36) Quase todas têm reuniões mensais regulares para a discussão do trabalho e dos interesses de seus sócios.

Clube Japonês (único clube existente no Município e do qual são sócios grande parte dos entrevistados).

Entre os Cooperados Brasileiros a situação é diferente, pois mais da metade reside em centros urbanos. Dado o pequeno número deste grupo, quase nada pode ser dito.

Entre os Não Cooperados, os contatos com a cidade são mais restritos. Apesar de a porcentagem dos que “vão a Pilar pelo menos uma vez por semana” ser maior do que a porcentagem dos que “vão pelo menos uma vez por mês” (39,29 e 33,93 respectivamente), a diferença entre elas é mínima. A porcentagem dos que vão “menos de uma vez por mês” é de 26,78, existindo entre eles alguns que vão só algumas vezes por ano.

O relacionamento é mais intenso entre vizinhos do mesmo bairro e entre familiares, que muitas vezes pertencem ao bairro (como no caso de Pom-bal). Reuniões quase não existem, a não ser em caso de festas familiares (casamentos,

aniversários), ou festas religiosas, sendo que um quarto dos proprietários afirmaram nunca participarem de festas ou reuniões. As distrações, no mais das vezes, se restringem a conversa com vizinhos e amigos, em suas casas ou vizinhança.

Nos momentos de distração, o rádio parece ter papel relevante. Mais da metade dos agricultores deste grupo (32 em 56) possui rádio, sendo os programas musicais os preferidos. São pouquíssimos os que lêem jornais, pois, apesar da proporção destes ser de 0,2321, quase a metade deles lê “qualquer coisa que cai na mão” (37). Sendo que grande parte desses proprietários se distraem “em casa mesmo”, tudo indica que o rádio constitui fator importante de distração.

4.3.4 — Habitação

São bastante precárias as condições de vida para o conjunto dos agricultores. Todavia, não se encontram nivelados quanto a êsse aspecto. Diferenças bastante significativas surgem entre eles, favorecendo o grupo dos Japonêses e Cooperados Brasileiros.

(37) O interesse por problemas que envolvem a agricultura, pode-se dizer que não existe no grupo. Entre os entrevistados, apenas um afirmou ouvir programas agrícolas. Leitura de revistas agropecuárias, também, só foi indicada por um proprietário.

Sobre os Cooperados Brasileiros pouco se pode falar, uma vez que é muito reduzido o número dos que residem na propriedade: apenas 4 indivíduos. Entre Japoneses e Não Cooperados, a situação é inversa, pois a grande maioria dos entrevistados vive na zona rural.

São os japoneses que apresentam melhores condições de habitação. Quase a metade deles (48,5%) vive em casas de alvenaria (38). São menos numerosos os que habitam em casas de pau-a-pique (21,2%), sendo maior a porcentagem dos que construíram suas casas com madeiras (27,3%) (casas bem construídas e relativamente amplas). A situação entre os Não Cooperados é inteiramente diferente. É a casa de pau-a-pique que define o grupo (53,3%). O uso exclusivo da madeira para a construção de casa é bem mais restrito (17,8%), sendo maior a porcentagem dos que habitam em casas de alvenaria (28,9%).

As habitações melhores equipadas pertencem aos japoneses, principalmente os que moram em casas de alvenaria. Entre estes aparecem alguns com luz elétrica (6 dos 16 que habitam casas de tijolos), água encana-

da e instalações sanitárias internas. Não surgiu nenhum que não tivesse instalação sanitária.

A situação entre os Não Cooperados é bem pior. Não foi encontrada nenhuma residência com água encanada ou luz elétrica, sendo que 75,6% não dispõem de instalação sanitária. A água para beber provém, em geral, de riachos ou açudes próximos (73,3%), sendo poucos os que têm poço, assim mesmo nenhum com bomba. Entre os japoneses, o poço é mais generalizado, possuindo bombas em alguns. Em ambos os grupos, é irrisório o número dos que possuem filtro para água.

4.3.5 — Assistência Médica

Se as condições de habitação são precárias entre os Não Cooperados quando comparados com os "japoneses", a diferença entre eles aumenta, e muito, quando se considera o problema da assistência médica.

Enquanto os Japoneses dispõem de facilidades de consultas médicas e hospitais, fornecidos pelas cooperativas, os Não Cooperados têm apenas nas farmácias um local seguro aonde recorrer (46,6% afirmaram procurar somente a farmácia em caso de doença). Pelo fato de

(38) Entre os quatro "outros cooperados" que vivem no campo, três habitam casa de tijolo.

o Pôsto de Saúde e o de Puericultura funcionarem apenas dois dias por semana (objeto de muitas queixas entre os entrevistados), são poucos os que recorrem exclusivamente a êle.

Com relação ao uso de vacinas, êste pareceu ser bastante difundido entre os filhos dos proprietários. Entretanto, não se pode afirmar que êsses proprietários procuram vacinar seus filhos com regularidade. Isto realmente não acontece, nem mesmo entre os japoneses, apesar de haver entre êles alguns que se preocupam com isso. Quase tôdas as crianças que tomaram vacinas o fizeram na época das campanhas escolares. A procura do Pôsto de Puericultura para aplicação de vacinas foi pequena entre os entrevistados, sendo que mais da metade compunha-se de japoneses cooperados.

O uso do vermífugo foi maior do que a procura de vacinas, e limitado quase que só às crianças. Isto se explica por ser comum na região atribuir-se quase tudo às lombrigas (39).

Assim, tanto no que se refere à habitação, como à assistência médica são os japoneses os que apresentam melhor situação, apesar de não poderem ser classificadas como boas. Já

entre os brasileiros não cooperados, pode-se perfeitamente afirmar que essas condições são bastante precárias, quando não, péssimas.

5 — PERFIL DOS TRÊS GRUPOS EM FUNÇÃO DOS FATÔRES CONSIDERADOS

Antes de se falar na utilização da mão-de-obra, seria útil uma primeira caracterização dos grupos em estudo em função dos fatôres considerados. O quadro 15 facilita uma visão sintética das semelhanças entre êles e permite o perfil de cada um. Os fatôres foram ordenados de forma a possibilitar um confronto dos grupos.

Por êsse quadro fica bem clara a posição de extremo em que se situam os Cooperados Japoneses e os Não Cooperados.

Os primeiros formam um grupo em que predominam aquêles nascidos no Japão. Residindo em suas próprias terras são um grupo de agricultores ainda em fase de estabelecimento nos Bairros. Em seu conjunto, têm um nível de vida mais elevado que os demais agricultores, sobressaindo-se principalmente quanto ao

(39) Conforme afirmação do médico do Pôsto de Puericultura.

QUADRO 15. — Perfil dos três Grupos de Agricultores em Função dos Fatores Econômicos e Sociais Considerados

Perfilamento dos Fatores	Semelhança entre os Grupos		
	Coopera- dos Japo- neses	Coopera- dos Bra- sileiros	Não Co- operados
Área de cultivo	X	X	
Destino da produção	X	X	
Tratores e veículos	X	X	
Transportes	X	X	
Crédito e financiamento	X	X	
Escolaridade	X	X	
Higiene e habitação	X	X	
Pastagens — área e formação		X	X
Tipos de produtos		X	X
Fertilizantes — não uso		X	X
Fôrça e luz — não uso		X	X
Assistência técnica — não uso		X	X
Tempo de posse		X	X
Tamanho da propriedade	X		X
Local de residência	X		X
Relações comerciais com as cooperativas	X	X	

grau de escolaridade. Pequenos proprietários, em sua maioria dedicam-se a uma agricultura intensiva com base nas frutas, na batata e nos produtos hortigranjeiros. Bem equipados para o trabalho agrícola, orientam toda sua produção para o mercado, escudando-se nas cooperativas. Financiamento para aquisição de terras e maquinários, assistência técnica, transporte e comercialização dos produtos, etc. são serviços proporcionados pelas cooperativas ou obtidos por intermédio delas e que lhes proporcionam tôdas as condições para o desenvolvimento de suas atividades.

Os Não Cooperados estão nitidamente diferenciados dos

Cooperados Japonêses. É o grupo de ligação mais antiga com o município. Como os Japonêses, a maioria reside em seus estabelecimentos, mas com um nível de vida mais baixo, sendo ínfimo o grau de escolaridade. Pequenos proprietários, mal equipados para a atividade agrícola, realizam uma agricultura basicamente de subsistência. Usam grande parte das propriedades com pastagens. Entretanto, o gado tem pouco significado. As roças de milho, arroz e feijão são mais importantes. Os primeiros, por sua utilidade no consumo doméstico, e o feijão, por ser o principal produto de venda. Irrigação, emprêgo de fertilizantes quase não existem. As-

sistência técnica e uso de crédito e financiamento são também muito restrito entre êles. Em resumo, são o grupo em que o padrão de vida é o mais precário e a atividade agrícola, a menos desenvolvida.

Já os Cooperados Brasileiros formam um grupo pequeno mas que ocupa uma posição intermediária, tendo pontos em comum com os demais grupos. Relativamente ao seu tamanho é considerável o número de estrangeiros e descendentes. Apenas a metade de seus agricultores é oriunda do município. Dada a predominância dos que moram em zona urbana o padrão de vida do grupo é superior à dos demais grupos, aproximando-se, entretanto, dos Japonêses quanto à escolaridade. Aproximam-se ainda dos Japonêses quanto a outros aspectos: sua atividade agrícola também está orientada para o mercado e apresentam uma relativa utilização dos serviços das cooperativas e das facilidades de crédito e financiamento ao alcance dos produtores. No mais, entretanto, estão bastante diferenciados. São proprietários dos maiores estabelecimentos dos Bairros, tendo no gado e no milho o seu principal interesse. Baseiam-se em suas próprias experiências, prescindindo de orientações técnicas. Criação e cultivo se

realizam nos moldes da agricultura extensiva, sem maiores preocupações com a restituição da fertilidade do solo, com a formação de pastagens e outras melhorias. E nisto estão bastante próximos dos Não Cooperados.

Dêsse modo, poderia ser dito, que a característica básica dos Cooperados Japonêses é a agricultura intensiva. Para os Cooperados Brasileiros é a agricultura extensiva. E para os Não Cooperados é a agricultura de subsistência.

6 — O TRABALHO AGRÍCOLA: ALGUNS ASPÉCTOS

A participação do proprietário e sua família nos trabalhos da propriedade é bem ampla entre os agricultores dêstes bairros. O número de estabelecimentos cujos proprietários deixam a exploração de suas terras a cargo de terceiros é muito pequeno. E o trabalho assalariado é, em geral, utilizado como mão-de-obra complementar.

Não obstante, existe entre cooperados e não cooperados algumas diferenças não só quanto à utilização de assalariados, como, também, quanto aos sistemas utilizados por êsses agricultores em suas explorações.

6.1 — PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA

É entre os Cooperados Japoneses que a participação do proprietário e sua família nos trabalhos agrícolas é maior. Não houve neste grupo nenhuma propriedade em que não trabalhasse algum membro da família (quadro 16). Neste aspecto os Não Cooperados é o grupo que mais se aproxima dos Japoneses. A maioria dos estabelecimentos que não contam com o trabalho direto de seu proprietário está entre os Cooperados Brasileiros.

É de se notar que, nos grupos em que o trabalho familiar adquire maior significado, a maioria dos estabelecimentos fazem parte das pequenas propriedades. Não foi encontrado nesta categoria nenhum estabelecimento acima de 100 ha.

Entre os japoneses, são os produtores de frutas, hortaliças e avicultura que predominam nesta categoria. No grupo dos Não Cooperados predominam as propriedades em que os vegetais não perecíveis constituem a produção mais importante.

6.2 — EMPRÊGO DE ASSALARIADOS

Este é mais frequente entre os cooperados. Em ambos os grupos o número de propriedades trabalhadas com o auxílio de empregados é maior do que o número de propriedades trabalhadas apenas pelos membros da família. Existem, todavia, algumas diferenças entre eles, pois, enquanto o emprêgo de assalariados nos estabelecimentos de japoneses não lhes retira a característica de "empresa familiar", para o conjunto dos Cooperados Brasileiros tal denominação não se aplica.

Entre Cooperados Japoneses, são bastante numerosas as propriedades que contam com o trabalho assalariado no decorrer do ano agrícola: 75% dos estabelecimentos. Os restantes utilizam somente mão-de-obra familiar (quadro 16).

No seu conjunto, entretanto, a presença e o trabalho direto do proprietário e sua família é uma constante. O emprêgo de trabalhadores se dá nas épocas em que o trabalho se avoluma (quase sempre na colheita da batata e do tomate). Empregados permanentes aparecem em número muito reduzido (quadro 17), enquanto que a mão-de-obra ocasional é bem mais numerosa.

QUADRO 16. — Participação da Família no Trabalho Agrícola: Porcentagem em Relação ao Total de Propriedades em Cada Grupo. Bairros de Boa Vista, Pinhalzinho e Pombal. Pilar do Sul, 1966

Grupo	Total de Propriedades	Propriedades não Trabalhadas pela Família	Propriedades Trabalhadas apenas pela Família	Propriedades Trabalhadas pela Família com Ajuda de Empregados (1)	Propriedades cujas Famílias têm Outra Atividade Agrícola Fora de suas Terras	Total %
	n.º	%	%	%	%	
Cooperados Japonêses	40	—	25,0	57,5	17,5	100,0
Cooperados Brasileiros	9	22,2	11,1	44,4	22,2	100,0
Não Cooperados Brasileiros	56	17,9	25,0	21,4	35,7	100,0

(1) Não significa que as demais propriedades não empreguem assalariados. A classificação tem como objetivo apenas a participação da família no trabalho da propriedade.

São as “médias” e “grandes” propriedades que fazem maior uso de mão-de-obra adicional: a média de camaradas, empregados nas épocas de mais trabalho pelos estabelecimentos entre 30 a 100 ha, foi de 12 trabalhadores, tendo sido de 7 trabalhadores para os estabelecimentos acima de 100 ha. Para as pequenas propriedades, essa média foi de 3 trabalhadores.

O emprêgo de assalariados, nas épocas de maior atividade

agrícola, pelos Cooperados Japoneses tem sido um importante meio de fornecer trabalho aos empregados rurais da região. Estes estão sendo gradualmente repelidos tanto das fazendas daqueles brasileiros, que estão substituindo a lavoura pela pecuária, como, também, daquelas fazendas nas quais, para evitar problemas com as leis trabalhistas, se substitui o residente pelo parceiro ou volante.

QUADRO 17. — Número Médio de Trabalhadores Empregados nos Grupos de Cooperados e Não Cooperados dos Bairros de Boa Vista, Pinhalzinho e Pombal. Pilar do Sul, 1966

Grupo	Propriedade que Emprega Assalariado n.º	Número Médio de Trabalhador por Propriedade		
		Permanente	Temporário	Adicional
Cooperados Japoneses	30	1	1	5
Cooperados Brasileiros	8	2	1	4
Não Cooperados	23	—1	0	1

Apenas os japoneses dos bairros estudados podem, nas atuais condições, dar trabalho a mais de 240 assalariados durante o ano agrícola, sendo que mais de 83% dos trabalhadores empregados, o são, apenas, nas épocas de plantio e colheita (em especial de frutas, do tomate e da batata).

Entre os Cooperados Brasileiros, dos nove estabelecimentos oito apresentam emprêgo de assalariados (quadro 17). Entre eles, sobressaem aqueles acima de 100 ha: tôdas as cinco propriedades acima de 100 ha indicaram mão-de-obra não familiar (40).

(40) Na época da entrevista, encontrou-se 16 empregados permanentes e 10 temporários. Quando o trabalho é maior, o número de empregados adicionais chega a 40.

Do mesmo modo que os Cooperados Japoneses, a preferência pelo trabalhador ocasional é bem mais acentuada (quadro 17). Mas, ao contrário daquêles, o número de trabalhadores permanentes encontrados foi maior.

Com relação aos principais produtos, são as propriedades cuja principal exploração é de produtos como o milho, feijão e mandioca as que apresentam maior número de empregados. Entretanto, não existe diferença significativa entre êstes e os pecuaristas, tanto no que se refere à mão-de-obra habitual, quanto à mão-de-obra ocasional.

Comparando com os Cooperados Japoneses, vê-se que não há diferença acentuada entre êles. Ambos usam, proporcionalmente, uma quantidade relativamente grande de trabalhadores assalariados. Em número absoluto, são os japoneses que oferecem maior quantidade de trabalho, mas, proporcionalmente ao tamanho dos grupos, ambos oferecem iguais oportunidades de trabalho. A diferença real está em que, en-

quanto a propriedade japonêsa é uma empresa tipicamente familiar, a dos demais cooperados não pode ser classificada como tal em seu conjunto, por não ser constante o trabalho do proprietário e sua família (quadro 16).

No grupo dos Não Cooperados é ínfimo o emprêgo de assalariados. Quanto a isso, diferem sensivelmente dos Cooperados Brasileiros (41).

Em tôdas as classes de área, é a mão-de-obra adicional a mais utilizada. Trabalhadores permanentes surgiram em número muito pequeno e quase que sômente em propriedades acima de 30 ha. O emprêgo de trabalhadores temporários é quase nulo. Não houve diferença entre os estabelecimentos que tenham na pecuária sua principal exploração e os demais estabelecimentos, quanto à utilização de mão-de-obra. O único fato a ser notado é que a maior parte dos empregados encontrados se concentravam em duas ou três propriedades, o que demonstra quão reduzido é o emprêgo de assalariados entre os proprietários dêste grupo.

(41) Tanto no tocante ao número de propriedades que empregam assalariados ($\chi^2 = 7,116$ **), como no número médio de empregados por propriedades ($t = 9,105$ **).

6.3 — O TRABALHO EM COOPERAÇÃO

Nos três bairros, encontraram-se apenas 10 exemplos de cooperação no trabalho: entre os japoneses da Colônia Bandeirante, e entre os Não Cooperados.

Na Colônia Bandeirante, a cooperação é um sistema imposto pela própria Cooperativa. Sua função é de transformar, em pouco tempo (3 anos), as oito famílias integrantes em proprietárias (de 12,8 ha cada). Essas famílias compõem um grupo de imigrantes recentes e de pouca renda. Daí ser o sistema cooperativo o sistema mais rápido e econômico concebido para o preparo da terra. No período do levantamento de dados, seis famílias trabalhavam um pedaço de terra pertencente a uma delas e duas trabalhavam separadamente outro lote. O trabalho era feito em conjunto, com a divisão de todos os lucros e benefícios alcançados. Mesmo as hortas familiares eram usadas em benefício de todos. A própria produção estava programada tendo em vista possibilitar o rodízio da destoca e cultivo das terras de cada família.

Plantavam produtos de ciclo rápido e de fácil aceitação no mercado, aumentando a eficiência

do trabalho cooperado. Durante o primeiro ano, a Colônia produzia tomate, abobrinha, cenoura, aves e ovos, estando programado para o futuro alguns outros produtos do mesmo gênero, e o início da fruticultura, já tendo sido iniciado, na época deste levantamento, o tratamento da terra para plantio da uva tipo Itália.

Entre os Brasileiros Não Cooperados, o trabalho em cooperação foi encontrado apenas no Pombal, sendo do tipo informal e ocorrendo esporadicamente. É o que a própria população denomina “troca de dias”. Apenas dois entrevistados afirmaram “trocar dias de trabalho”, isto é, nos períodos mais “apurados” costumavam pedir o auxílio dos vizinhos, retribuindo depois, quando estes necessitavam. A razão para este tipo de auxílio está, segundo os próprios entrevistados, na dificuldade de se “achar camarada, porque todos trabalham para si ou a gente não pode pagar”.

6.4 — PARCERIA E TRABALHO ASSALARIADO REALIZADOS POR PROPRIETÁRIOS

Encontraram-se, entre os proprietários dos Bairros, indivíduos que realizam trabalhos agrícolas fora das propriedades estudadas (quadro 16).

Alguns cultivam terras localizadas em outros bairros ou mesmo em outro município e das quais têm a posse. Este é o caso específico dos Cooperados Brasileiros ali classificados e de alguns Cooperados Japonêses. Entre estes, foi mais comum encontrar indivíduos que trabalham também terras de parentes, geralmente, dos pais. Mas, a grande maioria, cultiva terras de terceiros, em regime de parceria ou mesmo de trabalho assalariado. É o caso da quase totalidade dos 35,7% de Não Cooperados que ali se classificaram (quadro 16). Para a maioria, essa atividade é a fonte básica de renda.

6.4.1 — Proprietários — Parceiros

O recurso à parceria é adotado com mais frequência do que o trabalho como assalariado. Este último surgiu, apenas, entre os Não Cooperados. Mas, o primeiro surgiu, também, entre os Cooperados Japonêses, apesar de em número muito pequeno e por motivos totalmente diferentes dos Não Cooperados. Para aquêles, a parceria é adotada, antes, como uma fonte complementar de renda, enquanto para estes ela é o sistema básico de trabalho.

Entre os Não Cooperados, são ao todo dez proprietários que

trabalham outras terras pelo sistema de parceria. Todos eles têm suas propriedades no Bairro de Pombal, sendo que nenhum dêles possui mais de 100 ha de terras. Residem todos em seus estabelecimentos, sendo de notar que todos nasceram em zona rural, quase sempre no Bairro onde residem. O tempo de posse das terras varia de 4 a 80 anos, sendo a média de 27 anos.

Dêsses dez proprietários, apenas três têm outra propriedade além da estudada. São terras situadas em Bairros contíguos à Pombal, e, mesmo considerando em conjunto com as terras de Pombal, não ultrapassam a 30 hectares. Nenhum dêsses proprietários tem empregados. Apenas três empregam um ou dois camaradas por dia, nas épocas em que o trabalho é maior.

Os principais produtos plantados por êsses proprietários são o milho, o arroz e o feijão. Em geral, essas culturas se realizam em terras onde plantam em parceria. Além dêsses produtos, não surgiu nenhum outro plantado nesse sistema.

Na parceria do milho, o sistema utilizado foi sempre o da meação, isto é, o proprietário da terra fica com 50% da produção obtida. As sementes, em

geral, são fornecidas pelo proprietário, que as descontam, depois, da colheita. Dêsse modo, todos os parceiros apresentaram o uso de sementes híbridas.

Com o feijão, o sistema mostrou algumas variações: às vezes, o proprietário fica com 50% da produção, outras vezes com 25%. Note-se que a "quarta" só foi encontrada quando o feijão era plantado em terras de proprietários brasileiros, cuja principal exploração era a pecuária. Com relação ao arroz não se obtiveram informações muito precisas, mas parecia predominar a meação.

Para todos os dez proprietários, o milho é o produto de maior valor econômico. O significado dêsse termo não se restringe entretanto à renda monetária. Sua importância está mais em ser um produto de amplo uso, não só na alimentação da família, como também na alimentação dos animais. A renda em dinheiro é quase sempre obtida com a venda do excedente. É, pois, a utilidade do milho que explica a frequência com que êle aparece no sistema de parceria. É de se notar que, em geral, aquêles que fornecem a terra se dedicam a atividades mais lucrativas ou que exigem maior atenção: batata, tomate, pecuária, etc. Assim, os cultivos destinados ao consumo do

méstico são deixados a cargo de outras pessoas, através da parceria.

Foi entre proprietários japoneses que a parceria surgiu com mais frequência. Enquanto apenas dois dos proprietários entrevistados trabalhavam em terras pertencentes a brasileiros, os restantes eram parceiros em propriedades de japoneses vizinhos.

Com relação às atividades exercidas por êsses dez proprietários, antes de trabalharem em parceria, as respostas obtidas variavam entre: plantava em suas próprias terras ou em terras pertencentes a parentes próximos, quase sempre o pai. Apenas um afirmou ter sempre trabalhado como parceiro. Os que antes trabalhavam em terras próprias apresentaram como principal razão de não plantarem apenas em suas terras, o alto custo do adubo que se tornava cada vez mais necessário, uma vez que as terras eram muito fracas.

Dêsse modo, a parceria, em especial a do milho, aparece nos bairros estudados como um sistema que atende às necessidades das duas partes contratantes. De um lado, surge em função da baixa fertilidade do solo e da falta de capital necessário para incrementar essa fertilidade

(na parceria do milho é muito comum aproveitar-se as soqueiras da batata, da uva). Aten- de às necessidades alimentares da família e da criação doméstica do pequeno proprietário. Por outro lado, complementa a produção daqueles proprietários que têm em outras culturas seu principal interesse. Essa produção complementar vem, tam- bém, atender às necessidades alimentares da família e da criação. Além disso, utilizando o terreno onde se plantou a batata não só se aproveita o fertilizante residual como tam- bém aquela parte do terreno que, de outra forma, não seria utilizada pelo proprietário. Ês- tes, em geral, são policultores, tendo assim, outros cultivos a exigir sua atenção.

Entre os pecuaristas, ceder a terra para o plantio do milho ou do feijão não apenas vem suprir seu consumo, como tam- bém, através da lavoura, reali- za o tratamento de terras, as quais serão depois transforma- das em pastagens, sem que o proprietário tenha qualquer gasto com sua recuperação. Além disso, conforme algumas informações, a parceria possibi-

lita, ao proprietário das terras, utilizar o trabalho de camara- das sem que seja necessário en- volver-se com as leis trabalhis- tas.

6.4.2 — Trabalho Assalariado Realizado pelos Pro- prietários

A parceria não é o único sis- tema de trabalho a que recor- rem os Brasileiros Não Coope- rados. O assalariado também é realizado. Êste, entretanto, visa à consecução de uma ren- da suplementar para a satisfa- ção das necessidades básicas.

Êste sistema de trabalho não apareceu entre os Japonêses e Brasileiros Cooperados. E, en- tre os Não Cooperados, surgiu apenas em uma faixa de pro- prietários que se caracterizam por um nível de renda muito baixo. Ao todo, sete proprie- tários se empregam como assa- lariados (42) e são todos pe- quenos proprietários, sendo que mais da metade possui seu esta- belecimento no bairro Pombal. A maioria é proprietário há mais de dez anos; apenas dois o são há menos de 5 anos. Com exceção de um proprietário, que

(42) Todos os que trabalhavam para terceiros se denominavam "camaradas". Diarista é aquêle camarada que recebe por dia de serviço; empreiteiro o que recebe por tarefa realizada. Camarada é, também, a denomina- ção dada na região àqueles assalariados que residem na propriedade do empregador.

tem na criação de porcos a sua principal produção, os demais apresentaram o milho, o feijão, o arroz e a mandioca como seus produtos principais. Nem todos cultivam em suas próprias terras; alguns plantavam em parceria, em outros estabelecimentos. Todos estes proprietários criam porcos, galinhas e às vezes cabras, para o consumo da família, vendendo, às vezes, algumas galinhas ou ovos. Obtêm da venda desses animais o dinheiro necessário para as despesas correntes de sal, açúcar, querosene, tecidos, etc.

Como se vê, a atividade econômica desses proprietários restringe-se ao nível de subsistência. A obtenção de uma renda suplementar é buscada, sobretudo, trabalhando para terceiros.

Para todos os que trabalham como camaradas, a lavoura é o principal serviço, principalmente na época da limpa e da colheita. Nestes serviços são, em geral, pagos por dia: um cruzeiro novo ou um cruzeiro novo e cinquenta centavos, por dia, conforme informação dos próprios entrevistados. Alguns trabalham por empreitada, quando se trata de serviços como arrancada de toco, construção de cercas, etc. É interessante notar que este tipo de serviço não é feito apenas pelo

proprietário. Muitos deles têm filhos que também trabalham como camaradas, algumas vezes ajudando os pais, outras vezes, independentemente, em estabelecimentos vizinhos. Isto sugere não apenas o baixo nível econômico da família, mas também, a perpetuação, pela nova geração, do mesmo tipo de vida.

7 — PERFIL DOS GRUPOS: COMPLEMENTAÇÃO

No quadro 15, em que se fez um perfilamento dos fatores estudados, pode-se acrescentar os itens sobre trabalho e utilização de mão-de-obra, completando assim a caracterização de cada grupo de agricultores. A adição desses itens acentua a posição de extremo ocupada pelos Cooperados Japonêses de um lado e Não Cooperados do outro.

De fato, apesar de se aproximarem, quanto à participação da família no trabalho agrícola, afastam-se, primeiro quanto ao emprêgo de assalariados, que entre os Cooperados Japonêses é ampla, e, segundo, por ser apenas entre os Não Cooperados que surgem indivíduos que têm de se empregar como parceiro ou camarada para poder atender a suas necessidades básicas. Assim, pode-se afirmar que, entre os Japonêses desses bairros, a formação e o desenvolvimento de suas atividades agrí-

colas têm, no trabalho familiar, o seu principal apoio. O emprêgo de assalariados, apesar de importante, toma uma característica complementar. Já entre os Não Cooperados, os sistemas de trabalho empregados não apenas acentuam o nível de pobreza em que vive grande parte de seus membros, como sugerem a existência de um processo de pauperização entre eles (vejam-se as razões por que muitos se empregam como parceiros ou camaradas).

Finalmente, os Cooperados Brasileiros, apesar de mais próximos dos Japonêses, estão bastante diferenciados dos dois grupos, por estar o trabalho de suas propriedades fundamentado principalmente no emprêgo de assalariados.

8 — OPINIÕES E ASPIRAÇÕES DOS AGRICULTORES: SUAS RELAÇÕES COM OS TIPOS DE AGRICULTURA ENCONTRADA

O quadro econômico e social em que os diferentes grupos se inserem ficou traçado. Resta agora saber como êsses agricultores encaram certas organizações e serviços ao alcance dos produtores e quais as aspirações que nutrem em relação ao desenvolvimento de suas atividades. É o que se procurará

fazer nesta parte, tendo como base opiniões e aspirações expressas pelos entrevistados.

Em relação a serviços e organizações escolheram-se apenas a "assistência técnica recebida" e as "cooperativas", a primeira por ser um serviço utilizado por um número relativo de produtores, e as últimas por significarem, de certo modo, uma inovação nas técnicas de comercialização usuais no município. Tendo sido recentemente introduzidas na região, achou-se interessante conhecer as opiniões dos agricultores sôbre essas organizações.

Quanto às aspirações, elas serão vistas sob dois ângulos: um que diz respeito ao próprio agricultor, colocando-o em face da possibilidade de uma melhoria financeira; e outro em que se procura ligar o agricultor a um quadro mais amplo: o município — o que consideram obstáculo ao seu crescimento econômico e as melhorias que reputam necessária a êsse crescimento. Indiretamente, estarão indicando medidas comunitárias que consideram básicas para o desenvolvimento de suas próprias atividades.

O estudo dessas opiniões e aspirações poderá fornecer uma compreensão de como os próprios agricultores se situam no quadro acima traçado.

8.1 — OPINIÕES SÓBRE A ASSISTÊNCIA RECEBIDA

A maior parte das opiniões sôbre a atuação dos técnicos das cooperativas e da Casa da Agricultura foram opiniões favoráveis, tanto por parte dos japoneses como por parte dos brasileiros. É de se notar que entre os últimos não houve nenhuma opinião desfavorável sôbre o agrônomo da Casa da

Agricultura. Mesmo entre os japoneses, as opiniões francamente desfavoráveis incidiram mais sôbre as cooperativas. Isto, em parte, se explica pelo relacionamento de amizade que grande parte dos entrevistados pareceu ter com aquêle técnico e, em parte, talvez, pela ação inibidora exercida pela presença de um funcionário daquele órgão, quando da realização das entrevistas.

QUADRO 18. — Assistência Técnica: Opinião dos Japoneses e Brasileiros dos Bairros de Boa Vista, Pinhalzinho e Pombal. Pilar do Sul, 1966

Opiniões sôbre a Assistência Recebida	Japoneses			Brasileiros		
	Cooperativas	Casa da Agricultura (1)	Outros	Cooperativas	Casa da Agricultura (1)	Outros
Ótima	3	1	—	—	—	—
Boa	17	4	—	—	9	2
Mais ou menos	8	4	—	—	1	—
Fraca	5	—	—	—	—	1
Não presta	1	—	—	—	—	2
S. R.	1	—	1	—	1	2
Total	35	9	1	—	11	7

(1) Antiga Casa da Lavoura.

Nem todos os proprietários que consideraram boa ou aceitável a assistência recebida dos técnicos das Cooperativas e da Casa da Agricultura especificaram as suas razões. Apesar de ter sido considerável o número dêstes proprietários (10 japoneses e 5 brasileiros), em vista do pequeno número que solicita assistência técnica, cer-

tas observações puderam ser feitas com base nas opiniões obtidas.

Em relação à boa aceitação do técnico da Casa da Agricultura, dois fatores pareceram contribuir bastante: 1.o) a confiança dos entrevistados na capacidade e experiência do técnico; e 2.o) os resultados obtidos com a assistência recebida.

O primeiro dominou entre os brasileiros. Nenhum deles baseou suas opiniões nos resultados alcançados. Apenas o fato de ser um técnico assegurava, ao agrônomo, boa aceitação: "Sou favorável à assistência da Casa da Agricultura, porque, embora a gente tenha um conhecimento, o agrônomo sempre sabe mais, é mais estudado"; "Achei bom; êle tem mais experiência que eu; lidou sempre com isso". Entretanto é de se notar que não houve nenhum brasileiro que tenha classificado de "ótima" a atuação do técnico.

Já entre os proprietários japoneses, os resultados obtidos com a assistência foram igualmente importantes na aceitação do técnico. Enquanto alguns aprovavam porque "... êles entendem mais que nós", "... porque os lavradores não têm prática na lavoura"; outros afirmavam: "Por enquanto tenho achado bom; fiz as experiências que êle aconselhou e deu certo"; "É boa; pede adubo para o agrônomo, veio o adubo aconselhado, fiz a mistura e o tomate deu bem; êle acertou em cheio".

Este último fator colocou-se ao lado da falta de confiança na figura do técnico e de sua falta de experiência, na opinião daquêles japoneses que não es-

tavam satisfeitos com a atuação do técnico, principalmente das cooperativas: "Ensina mais ou menos; o livro é mais garantido". "Mais ou menos; alguns sabem alguns não compreendem as perguntas". "O agrônomo explica bem, mas não trabalha no campo, só em cima da mesa na cidade". "Não presta; o engenheiro não vem até a propriedade". "Ele não faz força, não entende os problemas, entende só teoria".

Com relação às outras fontes, tiveram-se apenas opiniões de brasileiros, pois, o único japonês que usava assistência de uma firma particular, não opinou sobre ela. Em geral, eram firmas interessadas na venda de remédio para animais ou de adubo, e que iam à procura dos proprietários. Quase tôdas foram classificadas como "fracas" ou "não presta", estando a "Secretaria da Agricultura" entre as últimas.

8.2 — OPINIÕES SOBRE AS COOPERATIVAS

Uma das perguntas do questionário elaborado para os integrantes dos bairros procurava saber qual a opinião das diversas categorias de lavradores sobre as organizações cooperativas. A pergunta, formulada de maneira muito ampla, tinha como objetivo apenas uma sonda-

gem das reações dêsses trabalhadores rurais face a um modo de comercialização a pouco tempo introduzido no município.

Sòmente um proprietário entrevistado se negou a responder. Entretanto a porcentagem dos que deram suas opiniões é de apenas 87,8%, isto porque 11,3% afirmaram não poder opinar por não saberem o que

é uma cooperativa, isto é, não conhecer seus objetivos e a maneira como funciona. Entre êstes figura apenas um japonês cooperado que dizia não entender muito sôbre cooperativa por ser muito diferente do lugar em que morava. "Lido com elas como se fôsse uma fábrica. Não entendo bem como é feito o movimento".

QUADRO 19. — Total de Entrevistados que Opinaram Sôbre as Cooperativas

Resposta	Cooperados Japonêses	Outros Cooperados	Não Cooperados	Total
Deram opinião	39	10	44	53
Não sabem o que é	1	—	11	12
Não responderam	—	—	1	1
Total	40	10	56	106

Todos os demais eram Não Cooperados, correspondendo a uma porcentagem bastante alta dos entrevistados dêste grupo: quase 20%: "Não tenho opinião, não conheço"; "Ouvi falar mas não compreendo porque não compro nada lá". "Acho que é bom, mas não sei direito porque não lido com isso; nunca comprei nada; a gente fica pelo sítio, com mêdo de fazer dívidas e de bulir com outras coisas; fazemos tudo por nossa conta". "Deve ser bom porque todo mundo diz"; etc...

Entre aquêles que opinaram, muitos apontavam, consecutivamente, aspectos vantajosos e desvantajosos das organizações. No cômputo final foi maior o número dos que ressaltaram as vantagens, tendo sido relativamente pouco os que abordaram outros aspectos além das vantagens e desvantagens.

As diferenças entre os grupos não são muito acentuadas, mas êstes diferem bastante quanto aos aspectos considerados vantajosos ou desvantajosos.

QUADRO 20. — Opiniões Sobre as Cooperativas: Aspectos Destacados por Cooperados e Não Cooperados

Aspectos Destacados	Porcentagem em relação ao Total dos que opinaram			
	Cooperados Japonêses	Outros Cooperados	Não Cooperados	Total
	%	%	%	%
Vantagens	87,2	60,0	81,8	81,7
Desvantagens	28,2	60,0	29,0	32,3
Outros	7,7	—	40,9	22,6

Com relação às vantagens, enquanto entre os Cooperados Japonêses os aspectos mais ressaltados foram as “vantagens em comprar” e as “vantagens em vender” por intermédio das cooperativas, entre os Outros Cooperados foram os serviços oferecidos por elas.

Ao contrário destes últimos, as vantagens dos serviços e das operações de vendas em comum foram muito pouco consideradas pelos Não Cooperados, tendo sido as “compras nas cooperativas” o setor que mais mereceu considerações favoráveis.

De acôrdo com as respostas, são dois os principais fatores que tornam mais vantajoso comprar nas cooperativas:

- a) preço
- b) qualidade e variedade de artigos

Em todos os três grupos foi o preço o fator mais importan-

te, tendo sido apontadas as seguintes razões: 1.o) o preço é menor do que nos demais armazens e casas comerciais locais, e 2.o) o preço é taxado.

Com relação à qualidade e variedade de artigos influi decisivamente o fato de ser Pilar um centro comercial bastante acanhado (a dificuldade de encontrar ferramentas no comércio local, fora das cooperativas, foi bastante comentada entre os sitiantes Não Cooperados).

A maior parte dos que consideraram vantajoso para o sitiante a venda de produção por intermédio das cooperativas, apresentaram como as principais razões:

- a) a facilidade de colocação dos produtos, e
- b) os preços alcançados para os mesmos.

QUADRO 21. — Classificação das Opiniões Expressas Por Cooperados e Não Cooperados

Classificação das Opiniões	Número e Porcentagem em Relação ao Total dos que Opinaram					
	Cooperados Japoneses		Outros Cooperados		Não Cooperados	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Vantagens						
Em comprar	17	43,6	3	30,0	32	72,7
Em vender	18	46,2	3	30,0	8	18,2
Nos serviços	14	35,9	7	70,0	6	13,6
Outras	3	7,7	—	—	3	6,9
Desvantagens						
Em comprar	4	10,3	1	10,0	7	15,9
Em vender	5	12,8	1	10,0	5	11,4
Nos serviços	4	10,3	—	—	1	2,3
Outras	3	7,7	5	50,0	1	2,3
Outras						
Sobre exigências de admissão	1	2,6	—	—	17	38,6
Sobre como se organizam	2	5,1	—	—	—	—
Outras	—	—	—	—	2	4,6

Em todos os três grupos, a facilidade de colocação dos produtos teve a maior porcentagem de indicações, muito superior mesmo ao fator preço. Entre os japoneses os argumentos mais comuns eram de que pelas cooperativas pode-se “vender qualquer tipo de lavoura” e que “certos produtos só são vendidos através delas”, não é preciso se preocupar com a comercialização da produção, ganhando, portanto, o sitiante, mais tempo para o trato das culturas. Este último argumento foi também usado pelos Não Cooperados.

O fato de a cooperativa conseguir bons preços para os produtos foi considerado pelos três grupos, mas com frequência muito menor do que o primeiro.

Foram os seguintes os serviços mais valorizados pelos proprietários:

- a) transportes
- b) crédito e financiamento
- c) assistência técnica

Quanto a estes serviços, as opiniões dos três grupos foram bastante diferenciadas. Os cooperados deram maior destaque ao grupo de transportes das cooperativas, sendo os brasileiros os que deram maior ênfase

às suas vantagens. Já os Não Cooperados ressaltaram a concessão de crédito e financiamento, apresentando argumentos como: “a cooperativa sustenta o pequeno lavrador”, “não há necessidade de desembolsar na hora”, “financiam a compra de adubos e inseticidas”.

Apesar de os Cooperados Brasileiros não solicitarem assistência técnica às cooperativas, foram os únicos que a consideraram entre as vantagens oferecidas por elas.

A honestidade das cooperativas e o bom atendimento dos cooperados foram considerados pelos japoneses como elementos vantajosos dentro dos serviços oferecidos.

Entre as desvantagens apontadas pelos proprietários que dirigiram críticas às cooperativas (32,3%) estão:

1) Desvantagens em comprar nas cooperativas, tendo influído, principalmente, as questões de:

- a) preço, e
- b) não vendem fiado

Os Cooperados Brasileiros que criticaram as cooperativas neste setor foram unânimes em apontar o preço como o fator limitante: não há diferença de

preços, “algumas coisas são até mais caras que no comércio local”. Os Japoneses foram da mesma opinião.

Foram os Não Cooperados que destacaram o fato de a cooperativa não vender fiado: “não vendem fiado. No armazém posso comprar fiado”. “Tem pouca vantagem: é mais barato mas na batida do dinheiro”, “pra nós do sítio não é grande coisa porque precisa sempre ter dinheiro para comprar”.

2) Desvantagens em vender pelas cooperativas, destacando-se as seguintes razões:

- a) vendem barato e fazem muitos descontos
- b) tiram o direito do lavrador de decidir sobre a colocação do produto no mercado.

A maior parte das reclamações foram feitas pelos Não Cooperados “... depois que entregou o produto a pessoa não tem mais nada a dizer sobre o preço e o resto. Sendo cooperado não pode vender para outro”; “... estão ganhando muito em cima dos cooperados: mantém preço baixo para os produtores e vendem alto. Quem pago o pato é sempre o trabalhador pequeno”; etc...

Os Japoneses Cooperados apenas se queixaram dos preços obtidos pelas cooperativas para seus produtos, sendo a porcentagem de reclamações sobre o preço de venda, maior do que com relação às compras.

Cooperados Brasileiros não especificaram o porquê das desvantagens em vender por êsses órgãos.

3) Desvantagens com relação aos serviços: Os Cooperados Japoneses foram os que fizeram o maior número de ressalvas aos serviços oferecidos pelas cooperativas, destacando as dificuldades de financiamento. Consideraram como um aspecto negativo não poder o financiamento ultrapassar o movimento de cada cooperado, agindo assim como um entrave ao pequeno agricultor e ao novo associado: “Como sou novo eles não têm confiança. Queria comprar mais adubo, mais um aparelho de irrigação, mas eles emprestam muito pouco. Conforme o capital que as pessoas tenham na cooperativa, eles emprestam mais, ou menos”, “quando se quer emprestar mais do que o movimento que a pessoa tem, é difícil. Só fazem para pessoas mais conhecidas. As outras têm que procurar o Banco”.

Outro aspecto negativo do financiamento, ressaltado pelos

Japoneses, foi a dificuldade de se conseguirem empréstimos a longo prazo.

Além das opiniões sôbre as vantagens e desvantagens das cooperativas, foram obtidas certas considerações sôbre os requisitos necessários para se tornar um cooperado e sôbre a atual organização das cooperativas.

Foram quase só Não Cooperados que apontaram dificuldades em se tornar um associado. Os argumentos mais frequentes foram:

- a) só serve para quem pode trabalhar com bastante
- b) exigem uma entrada muito grande
- c) só serve para quem tem terra

Foram sempre pequenos proprietários que deram tais argumentos. O nível de produção foi considerado como o mais importante. Muitos afirmaram não serem cooperados por não terem muito movimento. Mas a disponibilidade de um certo capital inicial também foi considerada importante, sendo muitas vêzes apontado como um complemento do primeiro: "P'ra gente não serve porque não tem dinheiro"; "acho que é bom para pessoas que possam

trabalhar com bastante. Não é para os fracos que nem eu. Fraco sempre apanha. Se vende algo tem que esperar 50 a 60 dias para receber. Um fraco em financiamento não aguenta esperar". "... para aquêle que produz muito é bom. O que produz pouco não compensa entrar porque paga mais para entrar do que recebe com os serviços da cooperativa", etc...

Com relação à atual organização das cooperativas, foram alguns poucos japoneses que opinaram, tendo sido criticada a tendência de as cooperativas crescerem demasiadamente, e sugeridas algumas mudanças no sistema cooperativista. Entretanto, êstes proprietários representam muito pouco no conjunto dos proprietários japoneses (5,1%).

Entre Brasileiros Não Cooperados, surgiram certas opiniões que indicavam atitudes desfavoráveis para com os Japoneses. Entretanto, elas não foram consideradas por serem muito pouco representativas da população de proprietários Não Cooperados.

Em resumo, são os Cooperados Japoneses os que maior participação têm nas cooperativas girando tôda sua vida econômica ao redor dessas organizações: a

venda de tôda a produção e quase tôdas as compras, tanto para o consumo doméstico, como para a lavoura e criação se fazem por intermédio das cooperativas; quase tôda a orientação técnica e a maior parte dos empréstimos e financiamentos recebidos vêm das cooperativas; e mesmo a fixação de uma grande parcela dos proprietários japoneses dos bairros está sendo orientada pelas cooperativas. Ao contrário destes, os demais cooperados têm um relacionamento bastante pequeno com essas organizações, restringindo-se quase que somente à venda de alguns poucos produtos. Nem assistência técnica, nem financiamento são pedidos às cooperativas, apesar de reconhecerem as qualidades destes serviços.

Assim, enquanto para os Japoneses as cooperativas são organizações em que se apoiam economicamente, para os Brasileiros Cooperados elas representam quase que somente um modo de facilitar a comercialização de certos produtos, não tanto pela comercialização em si mesmo, como pelas facilidades oferecidas, como, por exemplo, o transporte.

A diferença na maneira de encarar as cooperativas, de certo modo, se expressa nas opiniões dos grupos. A maior parte dos cooperados tiveram opi-

niões favoráveis às cooperativas. Mas eles diferem significativamente quanto aos aspectos valorizados: os setores de compras em comum e vendas em comum foram os mais valorizados pelos Cooperados Japoneses, enquanto os Cooperados Brasileiros preferiram acentuar as vantagens dos serviços, o de transporte em especial. Foram poucos os cooperados que criticaram as cooperativas. A tônica da crítica japonesa recaiu sobre o baixo preço alcançado para os produtos entregues a elas e as dificuldades de crédito e financiamento, enquanto os poucos Cooperados Brasileiros que especificaram suas críticas, preferiram acentuar o fato de não existir diferença entre os preços das mercadorias adquiridas no comércio local e das mercadorias adquiridas nas cooperativas.

Vê-se, assim, que a atenção dos Cooperados Japoneses se volta para a atuação das cooperativas como uma entidade econômica, indicando sua dependência em relação a elas. Ao contrário, os Cooperados Brasileiros acentuam apenas aspectos que vêm atender suas necessidades: transporte e setor de compras em comum (é necessário lembrar, primeiro que são muito poucos os proprietários dos bairros que possuem veículos motorizados para transpor-

te, e, segundo, que Pilar é um centro comercial bastante aca-nhado).

Por outro lado, pelas opiniões dos proprietários Não Cooperados pode-se inferir que a principal necessidade sentida por êste grupo é a escassez de capital. Lavradores, com um nível de produção muito baixo, plantando quase que sòmente para a subsistência, não dispõem fàcilmente de dinheiro, mesmo para as despesas correntes. Apesar de considerarem mais barato adquirir as mercadorias nas cooperativas, encontram nos armazens uma maneira de equilibrar a desvantagem do preço, através da "compra a fiado".

Além disso, por intermédio das opiniões, pode-se constatar que o grupo dos Não Cooperados não tem plena compreensão do que seja uma cooperativa e das vantagens que ela poderia trazer a uma população com poucos recursos econômicos. Isto se deve, em parte, à não existência de uma campanha de esclarecimento entre essa população. As cooperativas que abriram depósitos em Pilar, fizeram-nos pressionadas pelo aumento do número de sócios na região, a maioria dos quais já eram cooperados quando se instalaram em Pilar, ou se tornaram cooperados para poderem fàcilmente se fixar em

Pilar (Fazenda Sul-Brasil e Colônia Bandeirante). Assim, as cooperativas não tinham como objetivo principal o aumento do número de sócios entre a população de lavradores do município, mas o atendimento de seus próprios membros. As opiniões mostram que os Não Cooperados concebem as cooperativas principalmente como um lugar onde se compra mais barato: a maior parte das opiniões, tanto favoráveis, como não favoráveis, incidiram sòbre a possibilidade de se comprar nas cooperativas ao invés de no comércio local. Foram poucos os que falaram sòbre as operações de venda e menos ainda os que consideraram os serviços oferecidos.

Entretanto, não é apenas uma falta de esclarecimento da população local sòbre o que seja uma cooperativa o que influiu nas opiniões. Talvez o maior pêso possa ser atribuído à própria consciência dos Não Cooperados sòbre o tipo de vida que levam. O fato de plantarem quase ùnicamente para a sua subsistência torna o plantio para o comércio uma atividade subsidiária, que vem apenas completar os recursos da família. Assim, pela sua própria atividade agrícola estão afastados de um nível de produção e consumo que requeira uma organização nos moldes das co-

operativas, para auxiliar o escoamento dos produtos, pois tal nível exige que a principal atividade seja a agricultura comercial, estando a lavoura de subsistência em posição secundária. Assim, é o próprio nível de produção que os fastos da cooperativa, mantendo com elas apenas um contato superficial através das compras esporádicas que lá realizam. Essas suposições têm como base o fato de ter sido este grupo o único que abordou o aspecto da admissão nas cooperativas e em número relativamente grande: 38,6% dos que opinaram. As razões eram atribuídas a três fatores: 1) só serve para quem pode trabalhar com bastante; 2) exigem uma entrada muito grande para ser cooperado; 3) só serve para quem tem terra, fatores estes que descrevem muito bem a situação do grupo: nível de produção muito baixo, escassez de capital, proprietários de pequenas parcelas de terra.

8.3 — ASPIRAÇÕES EXPRESSAS DIANTE DA POSSIBILIDADE DE UMA MELHORIA FINANCEIRA

As aspirações expressas pelos Não Cooperados, quando colocados diante da hipótese de poderem dispor de maiores recursos em dinheiro, demonstram que, a curto prazo, poucas mu-

danças poderão ser feitas no tipo de agricultura por eles realizada.

É certo que a grande maioria aplicaria em seu próprio estabelecimento o dinheiro de que pudesse dispor (quadro 22), aproximando-se, neste aspecto, dos cooperados. Ou, então, aplicaria na compra de outras terras em qualquer parte do município, sempre, entretanto, visando ao incremento de suas atividades. A maioria têm na agricultura sua principal fonte de renda e pouquíssimos tentariam sair desse setor para se lançarem em negócios, ou no comércio. Mesmo pretendendo sair do município (em número diminuto) o interesse principal continuaria sendo a lavoura ou a pecuária. Entretanto, parece que a maneira como esse dinheiro seria aplicado poucas mudanças traria para o tipo de agricultura que desenvolvem.

De fato, a principal mudança que poderia ocorrer seria, para alguns, a substituição da lavoura pela pecuária, ou a adoção desta, paralelamente àquela. Isto, porque a compra de gado e melhoria de pastagens foram as indicações mais frequentes entre os Não Cooperados, não se sobressaindo, entretanto, das demais indicações. (Neste aspecto se aproximam dos Cooperados Brasileiros, que foram os

QUADRO 22. — Aplicação dos Recursos que Hipoteticamente Cooperados e Não Cooperados Pudessem Dispôr (1)

Aplicação dos Recursos	Cooperados	Não Cooperados
	%	%
Em atividades nesta propriedade	90,0	89,3
Em atividades em outra propriedade no município	28,0	50,0
Em atividade fora do município	16,0	8,9
Para melhorar padrão de vida	24,0	30,4
Outros	15,0	28,6

(1) Admitia-se mais de uma resposta.

únicos, entre os Cooperados, a indicar a pecuária entre as atividades a serem incrementadas). Com exceção de um entrevistado, não houve preocupação com a raça do gado ou mesmo com a construção de instalações.

No que toca ao aumento e melhoria das lavouras, observou-se que nenhum proprietário Não Cooperado demonstrou vontade de se lançar em outros tipos de lavoura que não o já realizado em suas terras, como o tomate, a batata, frutas etc. O milho e o feijão foram os cultivos mais indicados entre eles. Uma das justificativas para o incremento da produção do milho foi sua ampla utilidade: “Preferia plantar milho

porque tendo bastante milho na casa tem quase de tudo”. A preferência pelo feijão, ao contrário, teve como base o bom preço da época: “Fazia mais lavoura; gostaria de plantar mais feijão porque o preço está melhor”.

A utilização de fertilizantes, inseticidas, sementes comerciais, etc., foram indicadas por um número muito pequeno dos que pretendiam o aumento de suas lavouras (43). Este aumento, assim como o desenvolvimento da pecuária, pareceu ser pensado quase sempre em termos de maior extensão de área. Isto, porque grande parte dos que indicaram a lavoura ou a pecuária, frequentemente relacionava-os à obtenção de terra.

(43) Neste item, os Não Cooperados superam os Cooperados. Isto, entretanto, não é de estranhar. Os Cooperados não têm dificuldades de obtenção desses insumos, enquanto que os Não Cooperados sentem uma dificuldade muito grande, dado seu baixo poder aquisitivo. Todavia, na comparação com os demais itens, a porcentagem dos que indicaram o item 6 não se sobressai.

QUADRO 23. — Finalidade dos Recursos, segundo Proprietários Cooperados e Não Cooperados (1)

Finalidade	Cooperados	Não Cooperados
	%	%
Obtenção de terra	38,0	33,9
Lavoura	20,0	33,9
Pecuária	8,0	37,5
Avicultura	12,0	—
Benfeitorias e melhorias	22,0	23,2
Sementes, fertilizantes, inseticidas	2,0	10,7
Máquinas e equipamentos	32,0	7,1
Carro	18,0	19,6
Roupas, alimentos, material escolar	6,0	10,7
Viagens	4,0	3,6
Investimento fora da agricultura	6,0	8,9
Outros	4,0	17,9

(1) Admitia-se mais de uma indicação.

E é interessante notar que, no caso do aumento das lavouras, não era especificamente a propriedade das terras que importava: “Plantava lavoura nas terras do japonês mesmo. Daí podia plantar mais porque teria dinheiro para pagar camarada”: Além disso é importante ressaltar a pouca atenção que esses proprietários deram à aplicação em máquinas e equipamentos.

Em todos esses aspectos diferem profundamente dos Cooperados. Entre os Japonêses, a compra de máquinas e equipamentos, em primeiro lugar, o desenvolvimento da lavoura de frutas (em especial citrus, maçã, pera e uva Itália), tomate, batata; o aumento ou implantação de granjas e a construção de benfeitorias (casa, instalação de eletricidade), foram aspirações daquêles que pretendiam aplicar os recursos em seus pró-

prios estabelecimentos ou em outras propriedades suas (ou que adquirissem). Entre os Outros Cooperados o desenvolvimento da pecuária e a construção de benfeitorias tiveram o maior número de indicações, seguidas de perto pela compra de maquinários (principalmente trator) e de terras.

Em apenas dois aspectos, os Não Cooperados se aproximam dos Cooperados: no que toca às benfeitorias e à melhoria do padrão de vida. Em ambos os grupos, aquêles que indicavam as benfeitorias entre os investimentos prioritários, indicavam a construção de casas (de séde), entre as principais. Já no que se refere à preocupação com o aumento do padrão de vida, seu e de sua família, aproximam-se, mais especificamente, dos Japonêses. Entretanto, o nível de aspirações foi muito mais baixo. É certo que mui-

tos aspiravam à compra de carro e alguns mesmo a viagens. Todavia, a compra de roupas para os filhos, material escolar, móveis para a casa, e até mesmo tratamento dos dentes de seus filhos foram respostas que surgiram quase que apenas entre os Não Cooperados, tendo, para isso, muito contribuído as respostas das espôsas do entrevistado, fato que não teve a mesma incidência entre os japoneses.

Assim, o fato de Cooperados e Não Cooperados terem de certa forma, se aproximado quanto aos aspectos acima tratados, muda muito pouco a posição dos Não Cooperados diante da possibilidade de uma melhoria de suas condições financeiras. Além disso, os que pretenderam tais mudanças em seu nível de vida não são em número suficiente para que se permita generalizar para todo o grupo de Não Cooperados.

Assim, o que realmente pode ser atribuído a todo o grupo é a tendência a persistir nas mesmas atividades e nos mesmos sistemas de trabalho, mesmo diante da perspectiva de uma melhoria financeira. A curto-prazo, pouco poderia ser esperado. Vem reforçar essa interpretação o fato de um número relativo de proprietários dêsse grupo ter indicado o emprésti-

mo a juros, ou o depósito em Bancos, entre as primeiras coisas que fariam se pudessem dispor de maiores recursos, fato êsse que não surgiu nem uma vez entre os demais grupos.

8.4 — OPINIÕES SÔBRE AS POSSIBILIDADES DE CRESCIMENTO DO MUNICÍPIO

Diante dos problemas da região, Cooperados e Não Cooperados tiveram opiniões bastante semelhante. Isto é, quase todos os aspectos abordados por proprietários filiados a uma cooperativa também foram tratados por proprietários Não Cooperados. As diferenças havidas são devidas, sobretudo, às ênfases dadas por certos grupos a um ou outro fator considerado, e, algumas vêzes, à atribuição a causas diversas. Daí terem sido considerados apenas “japoneses” e “brasileiros”.

As diferentes opiniões expressas pelos grupos em estudo foram reunidas em itens mais gerais para que indicassem os campos em que, conforme os entrevistados, existiam obstáculos ao desenvolvimento da região (quadro 24).

Bem poucos acharam que estava “tudo bom”, e que nada impedia o crescimento do município. Foi maior o número daquêles que não quiseram expressar sua opinião.

QUADRO 24. — Principais Obstáculos ao Desenvolvimento da Região, segundo as Opiniões dos Proprietários dos Bairros de Boa Vista, Pinhalzinho e Pombal. Pilar do Sul, 1966 (1)

Obstáculos ao Desenvolvimento da Região	Japoneses %	Brasileiros %	Total %
Obstáculos relacionados à terra	7,5	9,1	8,5
Precariedade dos serviços existentes	37,5	34,9	35,9
Limitação do mercado em geral	22,5	16,7	18,9
Deficiência de recursos financeiros	12,5	33,3	23,6
Obstáculos ao desenvolvimento da produção.	15,0	39,4	30,2
Mã administração local	12,5	16,7	14,2
Outros	10,0	10,6	10,4
Nada que impeça	10,0	3,3	5,7
Não responderam	20,0	7,6	12,3

(1) A pergunta foi aberta, podendo cada entrevistado opinar sobre qualquer aspecto que considerasse nocivo ao desenvolvimento da Região.

De um modo geral, foram os serviços públicos os mais criticados. A deficiente distribuição de energia elétrica na região foi, entre todos os serviços, considerada a mais nefasta ao crescimento do município. A eletrificação rural é bastante difícil na presente situação. A própria cidade de Pilar sofre os efeitos da escassez de energia: nem uma geladeira pode ser instalada sem a autorização da concessionária, com perigo de ser cortada a luz da residência. E isto, porque o limite fixado para o município já foi alcançado. Dêse modo, muitos setores do comércio se vêem impossibilitados de crescer. A instalação de indústrias no município é, assim, totalmente tolhida. A inexistência destas foi sentida por todos os grupos, principalmente entre os japoneses. Estes se consideram bas-

tante afastados dos mercados consumidores, dadas as precárias condições de transportes e comunicação do município. Assim, a inexistência de indústrias que absorvam a produção foi apontada como um dos principais fatores limitantes, fator este, na opinião de todos, inteiramente dependente da distribuição de energia elétrica. Entre os Não Cooperados o mesmo problema foi sentido. Entretanto, a função dada às indústrias foi bastante diferente. Viam-nas como necessárias para dar trabalho à população local, o que ampliaria o mercado de trabalho e diminuiria o número de indivíduos que necessitam mudar-se para centros maiores à procura de melhores empregos.

Dentro dos serviços foram, ainda, citadas as más condições

das estradas municipais e a falta de asfalto nas vias que ligam a Sorocaba e a São Paulo, considerados por muitos Japoneses e Não Cooperados tão prejudicial como a falta de energia elétrica. Além disso, a precariedade dos serviços de assistência médica, obrigando muitas vezes o sitiante a caminhadas inúteis até o Posto, foi bastante sentida pelos entrevistados, principalmente Não Cooperados que requeriam a fixação de um médico em Pilar, e até mesmo a construção de um hospital.

O ensino rural e os transportes estiveram também, entre as queixas dos entrevistados, mas em número menor do que os dois primeiros.

Depois das críticas e reclamações dos serviços existentes, ressaltaram-se as apreciações sobre fatores que limitam diretamente o aumento da produção. As dificuldades de crédito e financiamento foram tidas como os mais importantes. Os altos juros cobrados pelas fontes creditícias, a dificuldade de se obter a documentação completa, a falta de financiamento a longo prazo, estão entre os aspectos apontados pelos proprietários. Muitos dos entrevistados, principalmente Não Cooperados, atribuíram a maior parte da culpa ao Governo:

“falta de proteção do Governo”; “Governo não cria facilidades de financiamento para o pequeno produtor”; etc...

Além do crédito, foi lembrado o preço alto dos fertilizantes, inseticidas e maquinários em especial.

Entre os Não Cooperados, muito mais do que entre japoneses, foi grande o número daqueles que, apesar de sentirem que o município tinha grandes problemas, não sabiam a que atribuir a não ser à pobreza da região e, mais ainda, à do lavrador. “Falta dinheiro” foi uma frase bastante ouvida. “A falta de dinheiro obriga a trabalhar de camarada”; etc... Alguns, entretanto, atribuíram à administração do município. “A falta de esforço do prefeito” foi tida como a causa mais importante, tendo, também, sido lembradas as dificuldades financeiras da Prefeitura e sua deficiência em equipamentos.

Dentro de cada grupo, as diferenças existentes entre pequenos e médios proprietários, ou entre os diversos tipos de agricultura encontrados, não foram suficientemente grandes para que se possa afirmar a existência de opiniões divergentes, dado o tipo de atividade a que se dedicam. Estas foram maior, quando confrontados os grupos entre si. E não tanto

pelos "campos" considerados problemáticos, mas pela atitude diante dêles. Enquanto Japoneses viam a necessidade de indústrias na região, para facilitar o escoamento de sua produção, muitos brasileiros Não Cooperados sentiram sua necessidade, a fim de aumentar as possibilidades de emprêgo no município. O descontentamento com o Govêrno só foi sentido entre os brasileiros. Não contra políticos, ou pessoas, diretamente, mas contra uma entidade bastante distanciada e da qual esperavam medidas que os protegessem. Isso pôde ser melhor observado através das reivindicações feitas pelos entrevistados.

Nestas, as diferenças entre Japoneses e Brasileiros foram maiores. Mais da metade dos Japoneses apontaram o asfalto e a conservação das estradas municipais como uma das medidas mais prementes. Seguiram-lhes a melhoria do fornecimento de energia elétrica e a implantação de indústrias. Uma melhor administração municipal foi também preconizada, mas por um número menor. Nenhuma outra medida teve especial realce.

Entre os Brasileiros, além das medidas acima, ressaltam-se outras, como a melhoria dos serviços médicos; maiores faci-

lidades de crédito e financiamento (para maquinários mais especificamente). Todavia, o que chama atenção entre êles é o fato de esperarem do Govêrno alguma solução para o problema do lavrador (18,2% dos entrevistados). Em geral, não sabiam como o Govêrno deveria agir. A única sugestão objetiva foi a criação de um sistema de empréstimo de tratores e maquinários agrícolas pelo Govêrno (um serviço de máquinas agrícolas), o que, em grande parte, contornaria o problema do preço de maquinários e daria condições para um maior número de agricultores melhorar e ampliar suas culturas (15,2%). Essa mesma idéia surgiu entre alguns japoneses, mas em número bem menor.

Assim, pode-se perceber que entre os brasileiros, principalmente Não Cooperados, há uma sensação de que apenas asfalto e luz elétrica, ou mesmo implantação de indústrias não viriam solucionar todos os problemas da região. O auxílio e a assistência direta ao lavrador foram sentidos não apenas como necessário, mas primordiais.

Dêsse modo, pode-se dizer que as diferenças havidas, principalmente entre Japoneses e Não Cooperados, se não se re-

lacionam com o tipo de agricultura desenvolvida, estão estreitamente relacionadas com o nível econômico de suas atividades. Os problemas sentidos como pertencentes ao Município são aqueles que sentiam ser o maior obstáculo às suas próprias atividades.

Todo o estudo dos proprietários dos Bairros de Boa Vista, Pinhalzinho e Pombal se processou com base em duas características tomadas como fundamentais: a etnia e a filiação a uma cooperativa.

QUADRO 25. — Melhorias que Ajudariam o Desenvolvimento do Município, Conforme Opinião dos Proprietários dos Bairros de Boa Vista, Pinhalzinho e Pombal. Pilar do Sul, 1966 (1)

Melhoria	Japoneses	Brasileiros	Total
	%	%	%
Melhorar o fornecimento de energia elétrica	40,0	22,7	29,3
Implantação de indústrias	20,0	21,2	20,8
Melhorias dos serviços médicos	12,5	19,7	17,0
Asfalto e conservação das estradas municipais	52,5	22,7	34,0
Implantar um sistema de empréstimo de tratores pelo Governo	5,0	15,2	11,3
Maiores facilidades de crédito e financiamento	7,5	19,7	15,1
Melhorar o fornecimento de adubos e sementes	2,5	13,8	9,4
Melhor administração local	15,0	9,1	11,3
Outros serviços (ensino, transportes, etc.)	20,0	12,1	15,1
Necessidade de auxílio do Governo ao lavrador	—	18,2	11,3
Diminuição dos preços em geral	—	4,6	2,8

(1) Admitia-se mais de uma sugestão.

Importava conhecer o padrão de vida desses agricultores e a maneira como conduziam a atividade agrícola. E, para isso, seria necessário levar em conta as diferenças étnicas, culturais e econômicas existentes entre eles, uma vez que a simples visão global não forneceria elementos que explicassem a maior ou menor incidência de certos fatores econômicos e sociais. Assim, a diferenciação em grupos étnicos possibilitaria o contorno das diferenças étnicas e culturais, e a filiação ou não a uma cooperativa contornaria as diferenças econômicas, uma vez que melhores condições de produção tendem a se expressar na busca de melhores condições de comercialização.

Dado que a primeira diferenciação era obviamente necessária, todo o estudo se processou com base no fator "filiação a uma cooperativa". Isso não implicou na consideração desse fator como o elemento explicativo das diferenças existentes na população de agricultores desses Bairros. Ele foi somente um artifício que permitiu o isolamento dos diversos grupos, tendo-se mostrado bastante eficaz na dife-

renciação dos agricultores brasileiros.

De fato, no decorrer da análise, duas coisas ficaram bastante claras: primeiro, na população estudada existem realmente três grupos de proprietários bem diferenciados quanto ao padrão de vida e nível de atividade agrícola; segundo, as diferenças entre esses grupos se explicam, principalmente, pelo tipo de exploração realizada e a maneira como a conduzem.

Assim, em relação ao nível econômico e tecnológico da atividade agrícola, os Cooperados Japonêses e os Não Cooperados ocupariam as posições extremas, estando os Cooperados Brasileiros em posição intermediária.

Os Cooperados Japonêses são os que se encontram em melhores condições. Orientados para o mercado, realizam uma agricultura que pressupõe uma utilização mais intensiva de capital e trabalho. Têm, como apóio, as cooperativas e o trabalho familiar.

Já os Cooperados Brasileiros, apesar de apresentarem

melhor padrão de vida, têm uma agricultura menos desenvolvida, apesar de também estarem voltados para o mercado. O trabalho agrícola em geral, é realizado por assalariados, apresentando um certo índice de mecanização das atividades. Entretanto, o uso das facilidades e organizações ao alcance do produtor é bem mais reduzido que entre os Japoneses.

Os Não Cooperados, finalmente, estão imersos em uma agricultura rudimentar que desconhece os adubos e fertilizantes, a mecanização das lavouras, a formação de pastagens, o uso de rações e em que a baixa fertilidade da terra é muitas vezes compensada, plantando em parceria em terras de proprietários vizinhos. Sua agricultura é, tipicamente, de subsistência, sendo seu padrão de vida o mais baixo dos grupos.

Neste contexto, cooperativas, assistência técnica e melhoria da atividade agrícola e do nível de vida, adquirem significados totalmente diferentes para cada grupo.

a) Para os Cooperados Japoneses o papel das cooperativas é bem mais complexo que para os demais cooperados. Boa parte dos proprietários japoneses desses bairros, aí se instalaram a relativamente pouco tempo, financiados pelas cooperativas. Estão técnica e comercialmente orientados por elas e financeiramente apoiados nelas (veja-se a Fazenda Sul-Brasil e a Colônia Bandeirante). Mesmo para aqueles que aí se fixaram sem a sua ajuda, a assistência técnica, as facilidades de transportes e comercialização, o empréstimo para a aquisição de maquinários ou para o custeio da produção são conseguidos através das cooperativas. Além disso, facilidades de assistência médica, oportunidades de maiores contatos entre os produtores, através de reuniões periódicas, incentivos às organizações juvenis são tôdas propiciadas por elas. Assim, as cooperativas são, para êsses proprietários, o sustento de sua atividade agrícola e, até certo ponto, o elo de ligação social entre muitos de seus elementos.

Para os Cooperados Brasileiros, o papel da cooperativa é mais restrito. Êle se limita às facilidades de comercialização

de alguns poucos produtos e às possibilidades de aquisição de certos artigos dificilmente encontráveis em uma região como Pilar. A participação naquelas atividades que transcendem às simples operações de compra e venda, foi totalmente nula, mesmo naquilo que diz respeito mais diretamente à atividade agrícola, como foi o caso da procura de assistência técnica, em que não houve um só Brasileiro Cooperado que as indicasse como fonte.

Já para os Não Cooperados, as cooperativas surgem como uma organização inadequada a seu tipo de vida e atividade econômica. São boas para outros. A única via pela qual a cooperativa parece poder atender às suas necessidades é através do setor de compras em comum, suprindo os lavradores principalmente de ferramentas e outros instrumentos de trabalho. De fato, essa é a única via pela qual as cooperativas parecem poder atender às suas necessidades, uma vez que este grupo de agricultores ainda

não superou o nível de subsistência.

Dêsse modo, na situação atual dessa população de agricultores, as cooperativas contribuem para a manutenção das diferenças entre os japoneses e os demais agricultores, pois lhes assegura as condições de progresso econômico. Aquêles brasileiros que procuraram se filiar a alguma cooperativa, já eram, de alguma forma, diferenciados dos demais sítiantes. Tudo indica que essas organizações contribuíram muito pouco para destacá-los.

Tendo em vista o papel que as cooperativas representam para o conjunto desta população, levanta-se a questão de estendê-las ou não a todos os pequenos agricultores dos Bairros. Essa questão é mais válida quando se recorda que a maior parte dos agricultores do município são pequenos proprietários, imersos em uma agricultura rudimentar ⁽⁴⁴⁾, sendo a moderna agricultura realizada quase que somente por Japoneses.

(44) Veja-se dos mesmos autores: Pilar do Sul — Aspectos Sócio-Econômicos do Município, Agricultura em São Paulo, (5).

Quanto a isso, é preciso considerar que as cooperativas agrícolas do Estado estão organizadas para atenderem a agricultores comerciais. Como a maioria dos agricultores Não Cooperados ainda estão em uma agricultura de subsistência, as atuais cooperativas não os alcançariam. Seria necessário, antes de mais nada, que se realizasse uma campanha de esclarecimento e incentivo junto à população, que a orientasse para um trabalho cooperativo. Por outro lado, a própria cooperativa teria que se organizar de molde a atender às necessidades dessa população, à qual falta, principalmente, capital. A situação ótima seria a capacitação desses produtores para a organização e abertura de sua própria cooperativa. Eles próprios, entretanto, não teriam o capital necessário. Teria que haver todo um sustento financeiro vindo de fora.

b) Com o fator "assistência técnica", ocorre o mesmo círculo vicioso. Ele só adquire seu real significado entre os agricultores modernos, pois os órgãos assistenciais estão mais

bem equipados para atender a essas necessidades. Já para agricultores do tipo dos Não Cooperados dos bairros estudados, a situação se apresenta mais difícil.

Em primeiro lugar, é necessário que esses órgãos vençam a resistência de uma população que sempre se considerou auto-suficiente na solução dos seus próprios problemas, dada a vivência diária e herança recebida. Para isso impõem-se, não só o esforço pessoal do técnico, como, também, o desenvolvimento de técnicas mais aperfeiçoadas de difusão das inovações e maior divulgação das experiências e descobertas realizadas nos laboratórios e campos experimentais.

Em segundo lugar, e talvez o mais importante em vista do número significativo de agricultores do tipo dos Não Cooperados, é o trabalho de orientá-los para uma transformação de sua economia e um melhoramento do seu nível de vida. Para isso, não bastam apenas os esforços isolados de técnicos em agricultura. É necessária toda uma organização que conte com o trabalho de uma equi-

pe polivalente, a fim de que o problema seja atacado em diversas frentes, simultaneamente.

c) Com relação à melhoria do nível da atividade agrícola e do padrão de vida, ficou bastante evidente a existência de uma correlação direta entre o nível de vida do agricultor e o nível de suas aspirações. Apenas pode almejar à aplicação de uma tecnologia agrícola avançada e à expansão substancial de suas atividades, aqueles indivíduos que já superaram o nível de subsistência. Os que ainda se mantêm nesse nível, em geral não aspiram a nada mais além de sua superação, ou seja, uma relativa melhoria das condições de vida e de trabalho.

Portanto, para que haja uma modificação radical na organização e na dinâmica de propriedades do tipo daquelas dos

Não Cooperados, é necessário que haja uma mudança nas condições de vida e de trabalho. Pois, se estas se mantiverem as mesmas, manter-se-ão os baixos níveis de aspirações. Por outro lado, as condições de vida e de trabalho não parecem, no caso estudado, e nos inúmeros casos semelhantes que sabemos existir no Estado, depender dos proprietários individualmente. Mudanças mais amplas e de caráter geral serão as únicas eficazes para impulsionar qualquer processo de transformação. E isto é sentido pelos indivíduos que estão nessa situação, quando consideram a energia elétrica, o asfalto, a criação de um serviço governamental de empréstimo de máquinas agrícolas e maiores facilidades de crédito e financiamento para o pequeno produtor como os únicos fatores capazes de trazerem alguma solução aos seus problemas.

LITERATURA CITADA

1. BRASIL, INSTITUTO BRASILEIRO de GEOGRAFIA e ESTATÍSTICA. Censo Agrícola do Estado de São Paulo: 1950. Rio de Janeiro, 1955. 485p.

2. ————— Censo Agrícola do Estado de São Paulo: 1960. Rio de Janeiro, 1967. 211p.
3. CANABRAVA, Alice Piffer. Primeiras notas sobre Bairros no Estado de São Paulo. In Congresso Brasileiro de Geografia, IX, 1963. Anais. p.168-195.
4. CANDIDO, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito. Rio de Janeiro, José Olympio, 1964. 239p.
5. GREENBAUM, Harry & BRITO, A. E. de Paiva. Pilar do Sul: aspectos socio-econômicos do Município. Agricultura em São Paulo 15(9/10):39-79. 1968.
6. MATOS, Mário. Pilar do Sul: estudo da situação do Município. Itapetininga, Divisão de Fomento Agrícola da Secretaria da Agricultura, 1964. 15p.
7. MULLER, Nice Lecocq. Bairros rurais do Município de Piracicaba. Boletim Paulista de Geografia (43):83-130. 1966.
8. ————— Sítios e sitiantes no Estado de São Paulo. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da U.S.F., 1951. 102p. (Mimeografado)
9. PAIVA, Ruy Miller. Estudo econômico da agricultura do Distrito de Ibiti (ex-Monte Alegre). São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola da Secretaria da Agricultura, 1945. 150p. (Comissão de estudos de economia rural, estudo n.º 1)

10. ————— & **HOMEM de MELLO, Mário D.** Estudo sôbre a agricultura dos sitiantes. São Paulo, Departamento da Produção Vegetal, 1941. 44p. (Mimeografado)

11. **PEREIRA de QUEIROZ, Maria Isaura.** Estudos sociológicos de Bairros Rurais em quatro Municípios do Estado de São Paulo. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da U. S.P., 1965. 105p. (Mimeografado)

12. ————— & **GARCIA, L. Freitas.** O sitiante brasileiro e as transformações da sua situação socioeconômica. In Colloque International sur les Problèmes Agraires de Amerique Latine, Paris, 1965. p.389-472.

13. **WISE, L. von & BECKER, H.** O contacto social. In **IANNI, Octavio & CARDOSO, F. H.** Homem e sociedade, 1961. p.145-161.